

ANA LUCIA TOMAZ CARDOSO

ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO E
A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR NO PARANÁ
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

UEM – 2002

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO E
A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR NO PARANÁ

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação, sob orientação da professora Doutora Amélia Kimiko Noma.

MARINGÁ/DEZEMBRO/2002

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CETs – Conselhos/Comissões Estaduais do Trabalho e Emprego
CMTs - Conselhos/Comissões Municipais do Trabalho e Emprego
CODEFAT – Conselho Deliberativo do FAT
EP – Educação profissional
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FMI - Fundo Monetário Internacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC - Ministério da Educação
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONGs – Organizações não Governamentais
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PARC – Parcerias Nacionais e Regionais
PBQP – Programa Brasileiro da Qualidade e produtividade
PCN – Parâmetro Curricular Nacional
PEA - População Economicamente Ativa
PEQ – Plano Estadual de qualificação
PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PPTR – Políticas Públicas de Trabalho e Renda
PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional
SEFOR - Secretaria de Formação e Desenvolvimento
SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT – Serviço nacional de Aprendizagem do Transporte
SPPE – Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
STb – Secretaria Estadual do Trabalho
TCH- Teoria do Capital Humano
TCU – Tribunal de Contas da União
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e para a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1. AS TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE O TRABALHO NO FINAL DO SÉCULO XX	12
1.1 A globalização e o neoliberalismo como resposta à crise do capital.....	12
1.2 As transformações no trabalho a partir da década de 90.....	22
1.3 Mudanças ocorridas no processo de trabalho com o taylorismo/fordismo.....	27
1.4 Toyotismo: continuidade ou ruptura com o sistema taylorista/fordista?.....	30
1.5 Transformações econômicas e produtivas do capitalismo no Brasil no século XX.....	37
1.5.1 A Globalização e o Brasil.....	43
1.5.2 O Plano Real e o Governo FHC.....	46
1.5.3 O Paraná no contexto mundial.....	48
2. FUNDAMENTOS DA INSTITUCIONALIDADE DA NOVA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	51
2.1 A gênese da teoria do capital humano.....	51
2.2 A qualificação como in(ex)clusão no mercado de trabalho.....	55
2.3 Competência e empregabilidade para o trabalho incerto.....	63
2.4 Desemprego: o pesadelo do trabalhador	71
2.5 A atual educação profissional no Brasil.....	74
3. POLÍTICAS ATUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O PLANFOR E O PEQ/PARANÁ	81
3.1 A Instituição do PLANFOR	81
3.2 O Plano Estadual de Qualificação no Paraná.....	93
3.3 O PEQ e o pólo automotivo do Paraná.....	97
3.4 Um viés na efetivação do PEQ.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo contribuir para o debate sobre a atual educação profissional (EP), institucionalizada no Paraná, a partir das diretrizes das políticas sociais de trabalho e educação, do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Tem como objeto de estudo as ações e programas propostos nos Planos Estaduais de Qualificação (PEQ) que estão vinculados ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR).

Aborda este objeto a partir da discussão da relação entre educação e trabalho no contexto da globalização do capital, que tem como cenário as transformações que estão ocorrendo na forma da produção e na organização política, em nível internacional e nacional. Evidencia tratar-se de uma política que se insere no conjunto das políticas sociais nacionais e como tal, se constitui no processo de adequação da educação brasileira às relações sociais, políticas e econômicas da nova etapa do capitalismo mundial.

No presente trabalho entende-se educação profissional de acordo com o contido no glossário do Guia do PLANFOR 2000, no qual o referido termo é utilizado genericamente, para designar ações permanentes, continuadas, envolvendo cursos, treinamentos, oficinas, seminários, assessorias, objetivando desenvolver

“habilidades básicas, específicas e/ou de gestão necessárias para o trabalho em geral ou em determinada área ou setor econômico.” O documento também esclarece que as “[...] ações do PLANFOR correspondem ao nível básico, pois os níveis técnico e tecnológico têm requisitos de escolaridade para os alunos.” (Brasil, 2000. p. 179)

A palavra qualificação pode ter duas acepções, de acordo com o mesmo Guia. Uma referente ao perfil de requisitos, competências, conhecimentos, atitudes demandados por um posto de trabalho, ou que são requisitados das pessoas que o ocupam. Na outra, “[...] qualificação é utilizada como sinônimo de ações de educação profissional, que visam dotar a pessoa de determinados requisitos exigidos para o trabalho.” (Idem, p. 182). A institucionalização da nova educação profissional tem a pretensão de dar ao trabalhador brasileiro a qualificação profissional exigida pelo atual mundo do trabalho.

A presente dissertação tem como problemática de pesquisa o significado profissional concebidas como respostas estratégicas aos problemas colocados pela globalização econômica, pelas transformações do mundo do trabalho e pelo desemprego estrutural.

O diálogo estabelecido com as fontes primárias, os documentos oficiais referentes ao PLANFOR e PEQ, teve como norte a apreensão: 1) dos seus fundamentos e características principais do Plano nacional de Qualificação do Trabalhador e o

Plano Estadual de Qualificação; 2) das condições da implementação dos Planos no Paraná e resultados obtidos.

Foram buscados subsídios para responder à indagação se estes são efetivamente políticas de inserção e reinserção do trabalhador no mercado de trabalho ou instrumentos para garantir a empregabilidade dos trabalhadores paranaenses no contexto da mundialização do capital e das transformações no mundo do trabalho. Questiona-se a centralidade da educação geral e da qualificação profissional como estratégia vinculada ao aumento da competitividade de países que alcançaram posições privilegiadas na economia mundial. A esse discurso contrapõe-se o argumento de que estes processos educativos e formativos são ao mesmo tempo constituídos e constituintes das relações sociais numa realidade de desemprego estrutural em que as evidências empíricas mostram que, mediante a incorporação de tecnologia, há possibilidade de aumento de produtividade, de crescimento econômico sem acréscimo do nível do emprego.

Encontrar respostas para a problemática delimitada significa a compreensão de sua relação com os fenômenos da globalização da economia capitalista e com as transformações técnico-organizacionais do trabalho, os quais desencadeiam desafios e problemas a serem enfrentados no âmbito da educação em geral e da formação profissional em particular, o que, por sua vez, implica não apenas em uma determinada forma de rearticular as relações entre formação geral e formação específica, mas também, em uma série de mudanças de grande porte

na educação brasileira, principalmente a partir dos anos 90, tendo em vista as novas demandas de qualificação.¹

Apreender o significado histórico desta série de mudanças de grande porte realizada na sociedade brasileira implica em compreender como o capital se rearticulou na tentativa de superar a crise de valorização que teve início nos anos 70, através da reestruturação produtiva (inovações tecnológicas, gerenciais/administrativas e produtivas) e de uma reconfiguração do papel do Estado, por meio das políticas neoliberais, que resultaram na exclusão de extensas áreas geográficas e populacionais, entre as quais a América Latina, num processo devastador de deterioração das condições de vida e trabalho.

As transformações provocadas pela reestruturação produtiva, pela flexibilidade financeira, pela abertura do mercado, pela submissão econômica do Estado ao FMI e ao Banco Mundial, alteraram radicalmente o mundo do trabalho, nos anos 90 e com estas mudanças, a educação do trabalhador também se configurou como política pública no contexto das nominadas políticas públicas de trabalho, de emprego e renda. Isto significa que a política pública de formação e qualificação profissional afirma-se num contexto de crise da regulação fordista e de afirmação da chamada acumulação flexível, de mudança na concepção do saber como bem

¹ Surgiu um novo conceito de qualificação profissional, que deixou de tomar como referência as habilidades específicas, típicas de um determinado posto de trabalho ou ocupação, passando a pautar-se numa base de educação geral, sólida e ampla o suficiente para possibilitar que o indivíduo, ao longo de seu ciclo produtivo, acompanhe e se ajuste às freqüentes mudanças nos processos produtivos. O conceito, por sua vez, levaria a uma necessária aproximação entre escola e trabalho, justificado pela centralidade assumida pela educação escolar, ou seja, dos conteúdos gerais da escola regular para a aquisição posterior de qualificações diversas. O fato de que as oportunidades profissionais futuras dependeriam muito da bagagem de conhecimentos trazida da educação geral, resultou na responsabilização direta do Estado na oferta de uma educação básica de boa qualidade.

coletivo para bem particular privado e da ampliação da esfera privada em detrimento da esfera pública.

O governo brasileiro no intuito de responder aos problemas criados pelo capital propôs através dos Ministérios do Trabalho e da Educação políticas de qualificação profissional, pois os desafios que se apresentavam para o desenvolvimento da mesma eram importantes, seja em função do montante significativo de recursos que mobiliza, do perfil e do total da população envolvida, mas sobretudo pelos pressupostos teóricos que visavam contemplar a necessidade do setor produtivo, a naturalização do mercado, a apologia dos conceitos de competência e empregabilidade e principalmente atribuir o desemprego às invocações tecnológicas e a baixa escolaridade/qualificação e não à realidade econômica e social no qual o trabalhadores está inserido.

Neste sentido, no âmbito do Estado, foi a criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (SEMTEC), em função da retórica empresarial e governamental, que propala que o estágio de desenvolvimento alcançado pelos países ricos, só foi viável em função do investimento e uso de modernas tecnologias. Para o Brasil entrar nesta fase de desenvolvimento, haveria a necessidade de fazer o mesmo, ou seja, investir principalmente na formação e desenvolvimento de recursos humanos como fizeram outros países, atualmente possuidores da tecnologia de ponta.

Neste contexto surgiu o argumento de que as alterações em curso na produção pressuporiam a necessidade da qualificação profissional se tornar um processo permanente ou de educação continuada, o que implicaria na exigência de estruturação de um conjunto de atividades de qualificação, requalificação e atualização profissional suficientes para atender a demanda existente em setores mais dinâmicos.²

Para dar conta do proposto, a dissertação está estruturada em três partes. No primeiro capítulo, busca-se a construção de um suporte teórico para a análise das referidas políticas públicas de trabalho e educação através da sistematização das transformações no capitalismo e no trabalho no século XX e a forma de inserção do Brasil e do Paraná neste contexto.

No segundo capítulo, analisa-se como os fundamentos teóricos que subsidiam a institucionalidade da nova educação profissional, discutindo-se os conceitos de qualificação, empregabilidade e competência e evidenciando a influência da teoria do capital humano nas atuais políticas públicas sociais do Ministério do Trabalho e Emprego.

No terceiro capítulo contém a explicação de como o Plano Estadual de Qualificação/PEQ é desenvolvido e articulado no Paraná e a discussão de como a política pública de qualificação e requalificação profissional do Ministério do

² “A estratégia central do PLANFOR é descentralizar o atendimento a essa demanda, financiando com recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador as instituições educacionais que apresentem projetos compatíveis com os objetivos do programa e com as necessidades de qualificação e requalificação profissional identificadas junto às empresas ou demandadas pelos próprios trabalhadores” (Fogaça, 2001, p. 63)

Trabalho e Emprego (MTE) justificam suas metas e objetivos, traçando uma política social compensatória em nome da modernização social do país, tornando a educação profissional apta a responder às demandas do setor produtivo subordinando-se irrestritamente à lógica do capital.

Na conclusão, fundamentando-se na análise realizada, evidencia-se que o PLANFOR e PEQ são políticas sociais, instrumentos mais de caráter ideológico do que funcional e efetivo para as metas proclamadas. Em que medida o diagnóstico da inadequação da formação profissional brasileira ao contexto atual, não está servindo de pretexto para a formulação de políticas sociais alinhadas aos interesses econômicos e políticos hegemônicos em nível nacional e internacional.

O processo de avaliação do primeiro quadriênio do PLANFOR desencadeou um intenso debate acerca da sua ambiciosa agenda de transformação nos conceitos, nas instituições, na estrutura e no conteúdo dos cursos para a educação profissional. Neste contexto, adquirem importância fundamental estudos críticos que façam a interlocução com os objetivos proclamados e os objetivos reais do discurso oficial.

1. AS TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE O TRABALHO NO FINAL DO SÉCULO XX

O objetivo deste capítulo é viabilizar a construção de subsídios teóricos para a contextualização histórica do objeto de estudo. Isto porque se considera que as atuais políticas públicas de trabalho e educação no Brasil e no Paraná devem ser analisadas em sua vinculação com o processo mais amplo das relações sociais em nível nacional e internacional.

1.1. A GLOBALIZAÇÃO E O NEOLIBERALISMO COMO RESPOSTA À CRISE DO CAPITAL

Neste trabalho adota-se o conceito de mundialização do capital para caracterizar a globalização como sendo uma nova etapa do capitalismo mundial demarcada, por autores com François Chesnais e Giovanni Alves, que explicam a crise do capital a partir da década de 1970.

A globalização não é um fenômeno novo e tomando-se o processo histórico percebe-se que a tendência à internacionalização devido ao caráter globalizante

do mundo do mundo do capital, já havia sido enfatizado por Marx e Engels, conforme pode ser verificado no trecho do Manifesto Comunista, citado a seguir.

[...] A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade. [...] A necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares. [...] A burguesia através de sua exploração do mercado mundial, deu um caráter cosmopolita para a produção e o consumo em todos os países. (Marx; Engels, 2000, p. 13-14)

No entanto, é preciso ressaltar, como o faz Ianni, “[...] que o caráter internacional, mundial, global ou planetário do capitalismo não é sempre o mesmo.” (1992, p. 56) Sendo assim, a forma que a globalização assumiu no final do século XX, foi a busca incessante da recomposição das perdas do capital.

As análises de Chesnais, sobre o processo de mundialização do capital, em que a hegemonia é predominantemente do capital financeiro, leva-o a concluir que este processo subverte a lógica da reprodução ampliada do capital, pela primeira vez na história, fundamentalmente no centro do sistema. Pois, a partir da recessão de 1973, houve uma redução contínua do investimento no setor produtivo, com a conseqüente evolução do crescimento do poder dos fundos de pensão e de outras formas de organizações financeiras. Desde então o capital busca valorizar nos horizontes de curto prazo, nas bolsas de valores, na especulação. Mesmo o capital que se valoriza de forma produtiva, tem privilegiado o curto prazo, redirecionando os montantes assim como os setores a serem investidos sendo que, atualmente os investimentos têm ocorrido fundamentalmente nos setores de

informática com prioridade às telecomunicações, ao transporte aéreo e as indústrias de lazer de massa. É importante observar que sob o fenômeno da economia mundializada verifica-se que são instituições financeiras que centralizam “[...] os grandes fundos de pensão, os grandes fundos de aplicação coletiva privados, os grupos de seguro, e, enfim, os enormes bancos multinacionais” (Alves, 1999, p.67).

A característica marcante da mundialização do capital no mundo contemporâneo é, sem sombra de dúvida, o domínio do capital financeiro como força plenamente autônoma diante do capital industrial. A liberalização e desregulamentação dos sistemas financeiros caminharam passo a passo com o processo de mundialização, reciprocamente, à medida que uma avançava, reforçava as condições favoráveis para o avanço da outra. Nesse processo, nos anos 90, os governos perderam o controle do processo, tornando-se impotentes diante da força adquirida pelo capital financeiro, sobretudo no tocante à acumulação e o domínio sobre o emprego (ou desemprego). Para Chesnais (1999, p.28) foi

[...] no domínio da moeda e das finanças, por um lado, e do emprego e das condições contratuais do trabalho, por outro, que as políticas de liberalização e desregulamentação têm sido levadas mais longe. [...] As prioridades ditadas pelo capital são as do capital implicado na extração da mais-valia na produção de mercadorias e de serviços, mas sobretudo de uma maneira ainda mais forte, [...] as de um capital extremamente centralizado que conserva a forma dinheiro e que pretende frutificar como tal no próprio interior da esfera financeira. [...] O reaparecimento em primeiro plano, do capital de renda foi acompanhado com o retorno da exploração sob as formas mais abertas.

Assim, segundo o economista francês, as inovações tecnológicas, em vez de causarem transformações no mundo do trabalho, são instrumentos adicionais para impor mudanças à classe trabalhadora. “[...] Assim como o capital e a

tecnologia, também a força de trabalho e a divisão do trabalho tecem o novo mapa do mundo. [...] Mesclando, sob novas modalidades, tradições, reivindicações, lutas, expectativas, ilusões.” (Ianni, 1997, p. 153)

Para Alves (1999, p.60) são “[...] as operações mundializadas do capital – capital industrial e capital financeiro – que constituem o verdadeiro conteúdo da denominada globalização, ou melhor, mundialização do capital”.

A globalização foi caracterizada como um fenômeno econômico por Peliano (2002, p.3), sendo

[...] marcado pela intensificação da mudança tecnológica; a rápida difusão do novo padrão de organização da produção e da gestão; a emergência mundial de um número significativo de setores oligopolizados e a intensificação dos investimentos diretos no exterior pelos bancos e transnacionais dos países desenvolvidos.

Entretanto, esse fenômeno só foi possível a partir de determinadas condições políticas e culturais, que para Gugliano (2000, p. 65) traduziu-se em três fatores preponderantes

1 – A crise dos Estados nacionais é o elemento central que possibilita a expansão da globalização, na medida em que os países vêm perdendo gradativamente o controle sobre suas próprias economias, o que facilita o predomínio das relações de mercado e fragiliza a situação dos governos frente às mudanças na esfera internacional e às pressões dos investidores multinacionais; 2 – A derrubada do socialismo de Estado nos países do bloco soviético, que acabou por gerar um imenso campo de intervenção para relações de mercado desregulamentadas; 3 – É inegável que a globalização também é um fenômeno cultural, na medida em que a combinação entre a expansão econômica e o aperfeiçoamento dos meios de comunicação favorece uma maior homogeneização dos valores culturais e aponta para a possibilidade de padronização dos indivíduos.

Pode-se afirmar que tão importante quanto os aspectos políticos e econômicos é que o ideário da globalização “[...] cumpre um papel ideológico de encobrir os processos de dominação e as relações imperialistas do capital e a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social”. (Frigotto, 1999, p.221)

A globalização não significou maior equalização social, como prega a retórica ideologia dominante. No Brasil, mal se conseguiu garantir os direitos sociais assegurados na atual Constituição, “[...] após a Constituinte de 1988, várias Emendas Constitucionais estão sendo aprovadas com o objetivo de desregulamentar a relação capital/trabalho” (Del Pino, 2000, p.70). Ou seja, os mesmos estão sendo revistos em função da necessidade do país se ajustar à globalização e a competitividade econômica. Para o autor, “[...] a globalização carrega consigo uma imagem ilusória de integração e homogeneidade. Esta imagem nada tem a ver com os processos de fragmentação e desintegração social que mobiliza”. (Idem, p.74)

O processo de globalização impede que ocorra uma cultura homogênea e mundializada, pois ocorrem processos culturais diferentes, que atingem tanto países centrais quanto os periféricos do capitalismo de forma desigual, ficando “evidente que a globalização do mercado não revela nenhuma tendência a igualização econômica para a humanidade como um todo”, (Del Pino, 2000, p.74), ao contrário, gerou economias com pouco crescimento, altíssimos lucros e altos índices de desemprego.

Com a velocidade sem precedentes do processo de mundialização, vivencia-se um período, em que a economia mundializada, devido ao seu grau de concentração de riquezas e a conseqüente exclusão social, está profundamente polarizada. Assim, o “alarmante aumento da desigualdade econômica e social não acontece somente nos países da periferia do sistema capitalista, mas também entre os países centrais.” (Del Pino, 2000, p.74)

Juntamente com a globalização, o neoliberalismo constituiu-se como uma reação à crise do capital no pós-guerra. A eclosão da crise, fez com que os países capitalistas, caíssem num longo período de recessão, marcado por baixas taxas de lucro, de crescimento econômico e altas taxas de inflação, que segundo Perry Anderson (1995, p.41), foi quando “[...] as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno [...]”.

Esta crise possibilitou às concepções neoliberais ganharem espaço para sua aplicabilidade e seus teóricos passaram a afirmar taxativamente que as raízes da crise estavam no excessivo poder das organizações sindicais da classe operária, que com suas lutas e reivindicações pressionavam a elevação dos salários e, também, no aumento dos gastos do Estado em investimentos sociais.

Chesnais (1998, p.10), chama a atenção para o fato de que já na metade dos anos 60, bem antes do “choque do petróleo” e da recessão de 1974-1975, “o mercado dos eurodólares deu sua arrancada”, graças aos “lucros não repatriados,

mas também não investidos na produção, e depositados pelas transnacionais norte-americanas em Londres”.

Nesse contexto, os dois países que primeiro reuniram condições políticas que possibilitaram esse processo foram o Reino Unido e os Estados Unidos, com a chegada de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan ao poder, num processo que desembocou em uma “renovação conservadora”. Analisando o contexto sócio-histórico da mundialização do capital, Chesnais (1999, p.28) afirma que “[...] A partir de 1978, a burguesia mundial, conduzida por seus componentes norte-americano e britânico, empreendeu com certo êxito, uma modificação internacional em seu benefício e, por conseguinte, no marco de cada país, as relações políticas entre as classes [...]”.

Foi com a ascensão de Ronald Reagan e Margareth Thatcher ao poder, que a burguesia mundial começou a “desmantelar as instituições e estatutos que tinham materializado o estado anterior das relações” (Chesnais, 1999, p.28). Foi com estes governos que efetivamente a teoria neoliberal, gestada desde a década de quarenta, ganhou efetivamente impulso para se impor ao mundo no final do século XX.

Em linhas gerais, sabe-se que o modelo britânico de Thatcher foi referência para a maioria dos governos neoliberais, espalhados pelo mundo, nos anos 80 e 90. Na América Latina, segundo Souza (2002, p.5), “[...] os países mal iniciaram a construção efetiva de bem-estar social, o neoliberalismo encontrou, quer nas

ditaduras, quer no trâmite de redemocratização, condições capazes de favorecer a adoção de sua versão terceiro-mundista”.

Aderindo às determinações do capitalismo mundial, a América Latina, submeteu sua soberania política, econômica, social e cultural à nova estrutura de poder e de mudanças no processo de trabalho, estrutura esta imposta pelo neoliberalismo. Os governos latino-americanos passaram a hastear a bandeira do novo liberalismo que tinha como *slogan* desregulamentação e privatização.

[...] Os Estados neoliberais dos países latino-americanos constituem-se em verdadeiras ditaduras das classes dominantes sobre o conjunto dos trabalhadores. Direitos sociais conquistados em décadas de lutas são transformados em desejáveis mercadorias. A educação, a saúde pública, a previdência social e outros direitos do conjunto da classe trabalhadora são transformados em mercadorias ávidas por lucro. As políticas sociais neoliberais incorporam conceitos desenvolvidos no mundo empresarial, como “eficácia”, “produtividade”, “rendimento” e recriam uma ordem política baseada na hegemonia de critérios econômicos, vitimando setores sociais inteiros que não podem disputar no mercado o acesso a sua dignidade [...]. (Del Pino, 2000, p.73)

Foi no contexto da mundialização do capital, sob a hegemonia da esfera financeira além das metamorfoses que ocorreram no mundo do trabalho, que as transformações empreendidas pelo neoliberalismo provocam mudanças radicais também ao possuírem capacidade de orientar a acumulação dos Estados.

Ocorreram, nesse processo, de forma articulada, duas formas de liberalização, uma financeira e outra nas relações de trabalho. O capital impôs, paulatinamente, a flexibilização e a desregulamentação nos dois níveis. Nesse aspecto, sobre as políticas neoliberais, Chesnais (1996) afirma que elas têm o poder de afundar os

países em situações de déficits que aumentam constantemente. De acordo com o autor

[...] O aumento dos déficits não decorre de um aumento “excessivo” das despesas, e sim meramente da perda de receitas fiscais, resultante, em primeiro lugar, e de forma mecânica da redução de consumo dos assalariados, decorrente da implementação das políticas de arrocho salarial e de flexibilização do trabalho, e a seguir da conseqüente redução da produção e do nível de emprego. (Idem, p.260)

Somou-se ao fenômeno da liberalização, a redução na cobrança de impostos incidentes sobre os rendimentos do capital, um processo que ocorreu de forma generalizada, mesmo variando de um país para outro. Nesse processo, o capital especulativo ganhou duas vezes, pois além da redução nos impostos, foi brindado pelos governos que se obrigaram a emitir títulos para resolver problemas de receitas em função do endividamento externo. Para Alves (1999, p.55) “[...] a forma de valorização do capital, neste contexto histórico é, portanto, rentária, e parasitária, pois se valoriza com taxas de juros acima da inflação e superiores, inclusive ao crescimento dos PIB's dos países”.

A mundialização do capital constitui-se, num processo de financeirização que reduz as taxas de investimentos, pois a valorização ocorre de forma especulativa nos mercados mais lucrativos. O processo de mundialização financeira constitui-se num movimento de conjunto, que adquire uma força progressiva e incontrolável, “[...] capaz de se impor aos governos, que se tornaram cada vez mais impotentes perante as forças que eles próprios ajudaram a desencadear”. (Chesnais, 1999, p. 28)

Os governos, ao empreenderem políticas de fortalecimento da moeda, elevando as taxas de juros e promovendo a austeridade orçamentária, favorecem o capital financeiro³ e dificultam as condições para a acumulação e valorização do capital no setor produtivo.

O processo de desregulamentação da moeda e do sistema bancário, gera um caos ao produzir um instabilidade financeira, sendo inevitavelmente nefasto para o desenvolvimento econômico e social. Isso ocorre porque o capitalismo mundializado reduz investimentos nas atividades produtivas, colocando pouco capital criador de valor e de mais-valia em movimento, pois atualmente, o capital procura se valorizar num curto espaço de tempo, através da especulação e da ciranda financeira mundial. Nesse momento

[...] o Estado foi solicitado para regular as atividades do capital corporativo no interesse na nação e é forçado ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas. (Harvey, 1994, p.160)

No contexto da globalização ou mundialização do capital, a proposta neoliberal concentrou riquezas, provocou desemprego em massa, achatou salários, aprofundando as desigualdades sociais, não conseguindo impulsionar as taxas de crescimento econômico dos países do OCDE⁴ e muito menos do restante do mundo.

³ De acordo com Lênin é o capital formado pela fusão do capital dos monopólios bancários e industriais nos países imperialistas. O capital financeiro também é entendido como o capital representado por título, obrigações, certificados e outros papéis negociáveis e que podem ser convertidos em dinheiro com rapidez. (Sandroni, 1994, p.41)

⁴ OCDE – Instituição criada em 1961 em substituição à Organização Européia de Cooperação e Desenvolvimento (OECE), em razão da inclusão dos Estados Unidos, do Canadá, do Japão e de outros países não europeus. Pertencem à OCDE os seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha,

1.2. AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO A PARTIR DA DÉCADA DE 60

A economia capitalista conseguiu vivenciar uma expansão sem paralelo após o término da Segunda Guerra Mundial. O capital, ao levar ao extremo a aplicação dos princípios e técnicas tayloristas e fordistas conseguiu altos níveis de produtividade, como nunca vistos na história da indústria. As primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 70 são considerados os “anos dourados” do capitalismo. Segundo Oliveira (1998, p.4) trata-se de uma fase singular caracterizada por

[...] altas e estáveis taxas de crescimento econômico, os salários reais subiam constantemente nos países centrais, expandiam-se os gastos sociais do Estado e as desigualdades e pobreza reduziam-se sistematicamente. Mesmo para a América latina, quando comparamos com a realidade atual, esse período foi também favorável: as economias cresciam e vários países primário-exportadores foram se transformando em nações industriais.

Para elevar a extração da mais-valia, o capital aumentou a intensidade do trabalho sem a necessidade de ampliar a jornada de trabalho para elevar a extração de mais-valia, pois o que sustentava as altas taxas de lucro naquele período eram os altos níveis de produtividade com base nos princípios e técnicas tayloristas⁵ e fordistas⁶.

Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia; e os seguintes países não europeus: Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia.

⁵ Taylorismo – conjunto de princípios e técnicas de organização e gestão do processo de trabalho, que recebeu essa designação por ter sido sistematizado por F. W. Taylor, nos EUA, no início do século XX. O chamado taylorismo contém, então, as seguintes características: a) radical separação entre execução e

No entanto, a partir de meados dos anos sessenta, os indicadores econômicos que expressavam a capacidade produtiva e as taxas de lucro do capital começaram a emitir sinais de crise e de esgotamento das técnicas e princípios tayloristas e fordistas, pois a produtividade do trabalho estava caindo. A taxa de lucro do capital estava sendo reduzida. O capital estava com dificuldade para manter o ritmo de trabalho que lhe havia até então garantido um alto índice de crescimento.

Nesse mesmo período, a hegemonia americana no âmbito do fordismo foi quebrada segundo Harvey (1994, p.135) pela intensificação da competição imposta pelo Japão e Europa ocidental e o desafio ao acordo de Bretton Woods⁷, que pela primeira vez no pós-guerra, provocou uma desvalorização do dólar. Para Harvey (1994, p.135) “[...] o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais

planejamento (o conhecimento do processo de trabalho e da produção deveria se centrar na gerência, à qual caberia todo o controle do processo produtivo); b) fracionamento das tarefas e atividades 9cada trabalhador deveria executar uma atividade a mais parcelar e mais simples possível, em um ritmo programado, cronometrado e controlado pela agência). Cada trabalhador passa a ter uma tarefa única e bem delimitada. (Aranha, 2000, p.321).

⁶ Fordismo – é um termo que se relaciona ao empresário norte-americano Henry Ford. Ele se apropriou dos princípios da organização do trabalho sistematizados por Taylor e os aplicou em suas empresas, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões [...]” (Antunes, 1997, p.17).

⁷ Bretton Woods nome pela qual ficou conhecida a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, EUA) com representações de 44 países, para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial. Os acordos assinados em Bretton Woods tiveram validade para o conjunto das nações capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, resultando na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). (Sandroni, 1985. p.63)

evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo⁸ de conter as contradições inerentes ao capitalismo [...]”.

No processo de reprodução do capital, o principal empecilho naquele momento era “[...] a rigidez dos investimentos do capital fixo de longa escala e de longo prazo [...]” (Idem, p.135). Isto ocorre, porque o sistema de produção em massa impedia a flexibilidade de prolongamento da produção, havendo ainda o problema de rigidez na alocação da força de trabalho e nos contratos de trabalho. Por isso, as tentativas do capital em superar essa rigidez encontraram resistência no ‘poder’ da classe trabalhadora, quando se observou em alguns países industrializados, uma intensa onda de greves no período de 1968/1972.

O final da década de 60 foi marcado por um processo de transferência de fábricas das multinacionais para os países periféricos, gerando, assim uma onda de industrialização no estilo fordista em ambientes novos, um “fordismo tardio” que permitia ao capital uma extração de mais-valia muito acima do que conseguia nos países desenvolvidos, já que nesses países, os contratos de trabalho, quando existiam, eram poucos respeitados.

Concomitantemente, houve um refluxo no lucro obtido pelas empresas, ao mesmo tempo em que os Estados, aplicando os princípios do Keynesianismo e da social-

⁸ O Keynesianismo ou Teoria de Keynes foi elaborada por John Maynard Keynes, para tirar o capitalismo da depressão de 1929. Modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, sem atingir totalmente a autonomia da empresa privada. As teorias de Keynes propunham, entre outras coisas, solucionar o problema do desemprego através da intervenção do Estado. As idéias de Keynes influenciaram em alguns pontos o New Deal (1933), mas foi após a Segunda Guerra Mundial que sua teoria converteu-se em prática de governo de muitos países, sendo os Estados Unidos, o lugar onde melhor suas idéias prosperaram. (Sandroni,1985, p.162-163)

democracia, aumentavam os gastos sociais com assistência, sob a pressão do movimento sindical para manter o padrão de vida conquistado pelo *welfare state*⁹. Ante a crise de produção instalada, houve uma redução na capacidade do Estado em arrecadar recursos por meio de impostos. Os governos passaram então a emitir moedas para manter a economia estável, dando início assim, a uma onda inflacionária que pôs fim à expansão acumulativa de capital no pós-guerra.

Segundo Harvey (1994, p.160-161), a economia capitalista estava afogada por excessos de fundos e com poucas áreas produtivas para investimentos, o que aumentava ainda mais o processo inflacionário. A tentativa dos governos em por fim à inflação, mostrou que havia muito capital excedente no ocidente. Isto acabou conduzindo o mercado capitalista a uma crise generalizada. Para complicar ainda mais a situação, a OPEP (Organização dos Países produtores de Petróleo), percebendo que seu produto era estratégico, resolveu aumentar o preço do petróleo, havendo então, um encarecimento dos insumos de energia derivados do petróleo, o que levou os países ocidentais a buscar novas fontes de energia, provocando mudanças tecnológicas e organizacionais.

Neste contexto, os países centrais do capitalismo passaram a aplicar políticas recessivas, cortando créditos e reduzindo a atuação do Estado-providência intensificando ainda mais a crise do modelo de desenvolvimento fundado na

⁹ Forma de Estado capitalista que se distingue pelas possibilidades que oferece aos cidadãos de acesso aos sistemas nacionais (públicos ou regulados pelo Estado) de educação, saúde, previdência social, renda mínima, assistência social, habitação, emprego, etc. Atuando na organização e produção de bens e serviços públicos, na regulação da produção e distribuição de bens e serviços sociais privados. Os Estados de Bem-Estar se desenvolveram e se consolidaram após a II Guerra Mundial (1945), nos países capitalistas centrais que possuíam orientação social-democrata. O conjunto da políticas públicas adotadas por esses Estados tem como característica a universalidade assegurar um determinado padrão de vida aos cidadãos, independente da renda que eles obtêm no mercado. (Duarte, 2000, p.146)

regulação fordista. Outro fator que contribuiu para acelerar ainda mais a crise de valorização do capital foi que, a partir dos anos sessenta, observou-se um elevado índice de falta voluntária ao trabalho, ou seja, o absenteísmo.

Além do absenteísmo, outro fator desagregador da produção, que garantia todo o sucesso da expansão capitalista no pós-guerra, era o alto nível de abandono do emprego, o que se manifestava na indústria, principalmente na automobilística típica de organização fordista do trabalho. O “*turn-over*” se constituía em mais um empecilho para o processo de acumulação fundado no ritmo intenso de extração de mais-valia.

Além desses problemas, o capital enfrentava outros, que também impediam a continuidade do crescimento das taxas de lucros: a base tecnológica sobre a qual se assentava o fordismo, a intensa divisão do trabalho daí decorrentes, bem como, a organização do trabalho em série que emperravam o ritmo de crescimento da produtividade. A organização do trabalho em série colocava limites ao ritmo de trabalho, pois acabava prevalecendo o ritmo imposto pelos postos de trabalho mais lentos.

A crise de valorização que o capital enfrentava desde os fins dos anos sessenta, era o resultado da soma e combinação desses elementos econômicos, políticos, sociais e técnicos, que fizeram cair as taxas de lucro e a redução dos investimentos produtivos, mudando as bases de produção fundadas no taylorismo e no fordismo. Diante da situação dramática daquele período, Harvey (1994,

p.137) afirma que as empresas foram obrigadas a “[...] entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical)”, buscando a “[...] mudança tecnológica, a automação, [...] novas linhas de produtos e nichos, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões.”

Foi neste contexto histórico, marcado pela crise de rentabilidade do capital e a necessidade de transformar as relações de produção, e com elas as relações sociais, para garantir a sobrevivência do capital, que ocorreram as mudanças no processo de trabalho até então vigentes.

1.3. MUDANÇAS OCORRIDAS NO PROCESSO DE TRABALHO COM O TAYLORISMO/FORDISMO

As transformações tecnológicas e organizacionais implementadas no capitalismo contemporâneo confirmaram, em grande parte, as mudanças no processo de trabalho. Análises realizadas por Marx, no século XIX, sobre o processo de produção capitalista e a tendência expressa na dinâmica do capital de buscar ampliar suas bases de acumulação, gerando um intenso desenvolvimento tecnológico que conduziu à criação e a generalização de métodos de gestão e controle do trabalho, como o taylorismo e o fordismo.

O taylorismo teve como característica principal, a submissão do trabalhador a um trabalho prescrito pela gerência, pela fragmentação do processo de trabalho, em

que cada trabalhador deveria executar uma parcela mínima e rigorosamente fiscalizada por outros da atividade produtiva. A radical separação entre execução e concepção e a otimização da produtividade do trabalho com a redução dos tempos mortos constituíram em um dos seus objetivos. Pretendia-se, através desse controle, dominar o saber do trabalhador e controlar de forma intensa o processo de trabalho.

[...] Taylor elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como uma necessidade absoluta para a gerência adequada a imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado. Admitia-se em geral antes de Taylor que a gerência tinha o direito de 'controlar' o trabalho, mas na prática esse direito usualmente significa apenas a fixação de tarefas, com pouca interferência direta no modo de executá-las pelo trabalhador. A contribuição de Taylor foi no sentido de inverter essa prática e substituí-la pelo seu oposto. [...] Neste sentido, ele foi o pioneiro de uma revolução muito maior na divisão do trabalho que qualquer outra havida. (Braverman, 1977, p.86)

Com o parcelamento das tarefas, o taylorismo organizou um processo de trabalho fundamentado nos tempos alocados, que veio juntar-se com a produção de grandes séries a baixo custo. Assim sendo, o taylorismo satisfaz plenamente os anseios e as exigências do mercado e do capital daquele período.

Taylor não centrou seus estudos no trabalho de um modo amplo e geral, nem teve como meta a evolução e o crescimento do trabalhador, mas adaptou-o às necessidades do capital. Segundo Braverman (1977, p.83), o taylorismo “nada mais é que a explícita verbalização do modo capitalista de produção”.

O fordismo acrescentou novas medidas ao sistema taylorista entre elas a introdução da linha de montagem da indústria automobilística, que implica no

aumento da produção e na diminuição do trabalho morto e o incentivo ao aumento do consumo em massa. O fordismo foi a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século XX, desqualificando ainda mais o processo de trabalho pelo aumento da simplificação e parcialização. Para Antunes (1997, p.17), o fordismo foi a forma

[...] pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se através do controle dos tempos e movimento pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; [...] e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.

A predominância da organização de trabalho taylorista-fordista expressou, não linearmente, a possibilidade da existência de combinações diferentes entre sistemas tecnológicos e organizações de trabalhos diferenciados, mas fundamentais no processo de valorização e expansão do capital.

O taylorismo e o fordismo foram, sem dúvida, poderosos instrumentos de expropriação de valores e controle rígido dos trabalhadores, gerando em contrapartida, a emergência de formas diversas de resistência dos trabalhadores, tanto em relação à produção (absenteísmo, greves) como nas intervenções políticas mais amplas (sindicatos, partidos políticos).

Junto com o Keynesianismo, o taylorismo-fordismo constituiu-se num conjunto de prática de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e poder político e econômico. Enquanto regime de acumulação plena, o compromisso fordista marcou, segundo Harvey (1994, p.125) um período de equilíbrio tenso e firme,

entre o trabalho organizado, o grande capital e o *welfar state*. Esta abordagem privilegiou as condições econômicas e institucionais que permitiram a sustentação ao modo de acumulação capitalista até meados da década de 60, quando tornou-se evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo.

1.4. TOYOTISMO: CONTINUIDADE OU RUPTURA COM O SISTEMA TAYLORISTA/FORDISTA?

A gênese do toyotismo está vinculada ao desenvolvimento do setor automobilístico do Japão no início do século XX. Na década de 20, três grandes firmas de automóveis norte-americanas, instalaram filiais no Japão. Em 1933, surgiu a Nissan, a primeira empresa automobilística japonesa de certa importância que introduziu o fordismo naquele país.

Os fabricantes norte-americanos, que possuíam um grande domínio da produção em massa, tornaram-se um obstáculo e concorrentes poderosos, pois tinham condições de oferecer aos japoneses veículos baratos, o que era uma tarefa impossível para os concorrentes locais. O governo japonês, decidindo então proteger a produção nacional, indispensável aos seus projetos de expansão, decretou, em 1936, a lei da indústria automobilística, que colocava obstáculos para as importações, proibindo a produção estrangeira em território japonês, só podendo permanecer, provisoriamente, na ausência de similares locais, sobretudo

para a fabricação de certos componentes necessários às indústrias automobilísticas japonesas.

Em 1945, com o final da Segunda Guerra e a derrota do Japão, houve o retorno da intervenção norte-americana no conjunto do setor econômico, político e militar, voltando, entre os japoneses, a discussão sobre a oportunidade de uma indústria automobilística autônoma e competitiva frente às empresas norte-americanas.

Sendo assim, uma nova organização de trabalho foi implementada, nas décadas de 50 a 70, na Toyota com dois objetivos. Primeiro, a necessidade das empresas japonesas serem tão competitivas quanto as americanas, sob pena de desaparecerem. Segundo, a necessidade de aplicar o fordismo no Japão, conforme as condições próprias do país, ou seja, idealizando um método produtivo que se adaptasse às necessidades prementes da economia japonesa.

Considerado o pai do toyotismo ou ohnismo, Taiichi Ohno, durante muito tempo, foi vice-presidente da Toyota e, na década de 50, concebeu o novo método de produção em seis pontos básicos: a produção puxada pela demanda, ou seja, a empresa só produz o que é vendido; a decomposição do trabalho em quatro operações: transporte, produção, estoque e controle de qualidade, pois, a máxima fluidez da produção é o objetivo máximo; a flexibilidade da organização do trabalho sendo que o parcelamento das tarefas do fordismo já não é suficiente, o trabalhador deve ser polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu

cotidiano e ajudar o colega caso necessário; o Kanban¹⁰ que na produção flexível, é um método rápido, fácil e essencial; a adaptabilidade da máquina para diferentes operações, fazendo essa adaptação quando a mesma está parada; e a sub-contratação da força de trabalho, desenvolvendo relações de subcontratações com fornecedores. Segundo Gounet, (1999, p.29) “[...] o novo sistema exige ainda mais do trabalho operário que o fordismo. Isso vale para a subcontratação, mas também para as fábricas montadoras”.

No toyotismo, a intensificação do trabalho atingiu seu auge, com a flexibilidade da produção, do trabalho e dos trabalhadores. Para trabalhar em equipe, como é exigido no toyotismo, o operário tem que ser polivalente, solicitando mais habilidade que no fordismo, sem que os salários sejam condizentes com a nova qualificação necessária à produção.

Foi com o toyotismo que a luta patronal contra o ócio operário atingiu seu ápice. Os sindicatos japoneses se fortaleceram após a Segunda Guerra Mundial, tendo alguns pontos em comum com as organizações de trabalhadores da Europa e da América do Norte. Para a classe patronal japonesa, os sindicatos do país possuíam dois defeitos. Primeiro, inspirava na solidariedade de classe e não na colaboração com o patronato e segundo, era combativo, portanto, era preciso acabar com sindicatos.

¹⁰ **Kanban** Esse sistema, utilizado, pela primeira vez, pela Toyota japonesa, constitui-se de um conjunto de cartões que indica a quantidade necessária de matéria-prima ou de peças intermediárias a serem produzidas para se suprir a célula seguinte (cliente). O Kanban, tal qual introduzido pela Toyota japonesa, diferencia-se do sistema de cartões de informação que acompanham a produção nos moldes industriais tradicionais: enquanto estes baseiam-se em um planejamento *a priori* da produção, empurrando-a desde o estoque até o setor de vendas, o kanban funciona como chamada para a quantidade a ser produzida pela unidades anteriores, fazendo com que a produção seja acionada do fim para o início. (Franzoi, 1999, p.141).

A oportunidade para acabar com os sindicatos apareceu em 1950. quando a Toyota decidiu suprimir quase 2 mil empregos. A empresa venceu o embate contra os sindicatos, contando com o apoio dos bancos, manteve as demissões e para evitar novos enfrentamentos, fez opção pela manutenção de um efetivo mínimo, mas com estabilidade quase plena.

Em 1953, um outro choque entre patrões e sindicatos ocorreu na Nissan, os trabalhadores pararam para reivindicar melhorias salariais. A Nissan promoveu um *locaute* na fábrica e esperou que a greve se esgotasse, fez empréstimos de montantes que equivaliam aos negócios de um ano. Quando sentiu que podia resolver o conflito em seu proveito, pressionou para que os líderes sindicais fossem presos e criou um novo sindicato, com a colaboração de operários que aconselhavam seus companheiros grevistas a retornarem ao trabalho para não perderem o emprego e a participarem do novo sindicato.

Os trabalhadores “[...] esfaimados, desmobilizados, chantageados [...]” (Gounet, 1999, p.31) voltaram ao trabalho e as empresas japonesas aproveitaram a desestruturação do sindicalismo combativo, originando-se o que constituiu no traço marcante do sindicalismo japonês do período toyotista: o sindicalismo de empresa, o sindicato-casa ligado ao ideário e universo patronal. Foi nesse contexto histórico, que se gestou o modelo de produção japonês, ou seja, o toyotismo, que adquiriu em sua essência, uma forma flexível de organização da

produção por meio do autoritarismo e da repressão sindical, tendo como resultado a gradativa destruição da organização dos trabalhadores japoneses.

O toyotismo causou grande impacto, tanto pela mudança técnica que operou na indústria japonesa, como pela potencialidade de propagação de alguns pontos básicos em escala mundial, quanto pelas enormes conseqüências que acarretou no interior do mundo do trabalho e na subjetividade do trabalhador, conduzindo o mundo do trabalho a um precarização que acabou provocando uma nova ofensiva do capital na produção. Teve como objetivo a constituição de um novo patamar de acumulação capitalista, debilitando de forma irremediável o mundo do trabalho promovendo transformações na forma de agir, pensar e viver dos trabalhadores, afetando assim sua subjetividade.

O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo envolvimento cooptado, que possibilita ao capital apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve *pensar* e *agir* para o capital, para a produtividade, sob a *aparência* da eliminação efetiva do fosso *existente* entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a discussão *do que* e de *como* produzir não pertence aos trabalhadores. (Antunes, 1997, p.34)

O toyotismo passou a significar uma nova lógica na produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, na gestão da força de trabalho, cujo valor universal foi construir uma hegemonia do capital, através da cooptação da subjetividade do trabalhador pelo capital.

Antunes afirma que, a substituição do fordismo pelo toyotismo ou sua combinação não deve ser entendida como um novo modo de organização societária e nem ser concebida como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista/taylorista.

Para ele o que parece mais pertinente é a questão que “[...] interroga em que medida a produção capitalista realizada pelo modelo toyotista se diferencia essencialmente ou não das várias formas existentes de fordismo.” (Idem, 1997, p.33)

Quando o toyotismo se dissiminou por todo o mundo, começou a mesclar-se, em maior ou menor quantidade, as suas objetivações com outras vias de racionalização do trabalho, com propósito de dar maior eficácia à flexibilidade, sendo assim, a instauração do toyotismo articulou, em seu bojo, uma continuidade/descontinuidade com o fordismo/taylorismo na racionalização do trabalho. Para Alves (1999, p.97) “[...] o aspecto original do toyotismo é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista. É uma ‘ruptura’ no interior de uma continuidade plena”.

O objetivo supremo do toyotismo, tal como foi no fordismo/taylorismo, continua sendo o de incrementar a acumulação do capital, através do aumento da produtividade do trabalho, o que vincula a lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX, pertencendo assim ao processo geral de racionalização e intensificação do trabalho, ditado pela grande indústria. Sendo assim, assinala Alves (1999, p.97) “[...] cabe a ele – o toyotismo – articular, na nova etapa da mundialização do capital, um operação de novo tipo de captura da subjetividade operária, uma nova forma organizacional capaz de aprofundar e dar uma nova qualidade, a subsunção real do trabalho.” Na perspectiva da

hegemonia do capital na produção, o toyotismo dá continuidade à lógica de racionalização do trabalho no processo de produção do sistema capitalista.

A acumulação flexível, segundo Harvey (1994, p.141), provocou mudanças desiguais nos padrões de desenvolvimento, entre as regiões do planeta, bem como na instalação de conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidos. Para Harvey (1994, p.141), a acumulação flexível destruiu o trabalho ao desenvolver novos centros industriais em regiões antes desindustrializadas, certamente à procura de força de trabalho mais barata e sem tradição de organização e luta sindical. Segundo acrescenta Harvey (1994, p.141) “[...] a acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ [...]”. François Chesnais concorda com Harvey, quando mostra-nos que

[...] o reaparecimento, em primeiro plano, do capital de renda foi acompanhado com o retorno da exploração sob as formas mais abertas. O capitalismo envolvido na produção e no comércio concentrado utilizou a liberdade que recobrou ao desprender-se e mover-se à vontade de um país ou continente a outro, para começar a reimpôr à classe operária dos países capitalistas avançados as condições de exploração que nunca deixaram de ser as da maior parte dos países sob dominação imperialista [...] (Chesnais, 1999, p.28)

Analisando as conseqüências da desregulamentação e flexibilização sobre o trabalho, Chesnais (1996, p.35), afirma ainda que

O modelo anglo-americano, centrado na desregulamentação e na ‘flexibilidade’ dos contratos salariais, tem ganhado terreno e tem servido para reconstruir um imenso exército industrial de reserva. Cada passo adiante na introdução da automação contemporânea, baseado nos microprocessadores, tem sido a ocasião para destruir as formas anteriores das relações contratuais tanto como os meios inventados pelos operários,

com base nas técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no lugar de trabalho.

Examinando este fenômeno, Ricardo Antunes (1997, p.41) afirma que

[...] verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário: vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, 'terceirizado'. [...]

É necessário destacar que neste processo de mudanças na produção, várias experiências foram abordadas por teóricos da Sociologia do Trabalho, como por exemplo, a da "Terceira Itália", de Kalmar e de Udevalla, na Suécia, o Vale do silício nos EUA, além de outras, que trouxeram elementos novos para serem discutidos e analisados. Entretanto, o modelo que mais se expandiu foi o japonês, que teve um alcance quase universal, pois se expandiu pela maior parte do mundo. Seus conceitos e filosofias entraram definitivamente no Brasil com a criação do Programa Brasileiro da Qualidade e da Produtividade¹¹ (PBQB), em 1990, provocando mudanças no mundo do trabalho.

1.5. TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E PRODUTIVAS DO CAPITALISMO NO BRASIL DO SÉCULO XX

No Brasil, o inventário histórico-social e econômico revela-nos que o país acumula um atraso produtivo, cuja origem encontra-se no tardio processo de

¹¹ O PBQB teria por objetivo revolucionar a administração no sentido de tornar a economia mais competitiva, produtiva e lucrativa. Para tanto, seria necessário eliminar o desperdício, fator considerado responsável pela elevação dos custos da produção. Favorece a participação dos trabalhadores nos processos de tomada de decisão nas empresas, contribuindo para a emergência de uma suposta democracia industrial e uma efetiva mudança cultural em favor da completa identificação com a empresa. (Laranjeiras, 1999, p.183-184)

industrialização, tanto que a hegemonia capitalista se instalou no Brasil, somente a partir da segunda metade da década de 30, quando o estímulo à industrialização e à acumulação do capital industrial, tornou-se prioridade máxima para o governo. Isso favoreceu o capital, mas também, em menor medida, os trabalhadores brasileiros que começaram a ter o amparo institucional do Estado, com a ampliação do sistema de previdência social e da legislação do trabalho em 1934 e a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943, sob a pressão do movimento operário.

Foi sob o regime democrático no Brasil, que o capitalismo se consolidou e o desenvolvimento do modelo de substituição de importações prosseguiu com a formação do setor de produção de bens de capital, onde as empresas públicas e o capital estrangeiro tiveram um papel fundamental, mantendo seu caráter competitivo até o final da década de 50, no governo de Kubitschek, quando os grandes capitais multinacionais foram atraídos para o Brasil.

Nos anos 70, linhas inteiras de produção foram transferidas para o Brasil, encontrando aqui mão-de-obra barata e disciplinada pelo regime militar, no poder desde 1964, pois constituíam os substitutos para os trabalhadores 'rebeldes' dos países capitalistas centrais. O esgotamento do processo de substituição de importação, o crescimento através do endividamento externo, as dificuldades do crédito externo e o enfraquecimento do regime militar levaram o Brasil a mergulhar na década de 80, no que seria a maior recessão de sua história.

A partir dos anos 90, o Brasil passou por profundos ajustes estruturais, com a abertura comercial e aprofundamento da dependência de capital financeiro externo. Neste período, segundo Corsi (1999, p.14), o Estado aplicou o receituário neoliberal, promovendo um brutal processo de privatização, financiando a reestruturação na base produtiva e tecnológica, em conformidade com o novo paradigma econômico/ideológico de flexibilidade e competitividade. A 'estabilização' da economia se deu através da injeção de capitais voláteis e especulativos, não em investimentos produtivos, o que contribuiu para aumentar a precarização do trabalho e o desemprego. Nesse contexto, segundo o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado pela Folha de São Paulo, em 13 de janeiro de 2002, mostra que

[...] o número de empregos gerados com carteira assinada passou de 53,7% no período de 1991-2001 para 44,4% no mesmo período, enquanto o número de trabalhadores sem registro em carteira que havia apresentado houve um crescimento de 20,8% para 27% no mesmo período, caracterizando um crescimento do setor informal, precário, enfim do subemprego. (Santos, 2002, p.1)

Mais do que isso, conforme esclarece Francisco de Oliveira (1999, p.68), quando afirma que “[...] a privatização do público é uma falsa consciência de desnecessidade do público”. Que levou a uma “[...] subjetivação perigosa por parte das burguesias, [...] que é privatização do público, sem a correspondente publicização do privado que foi a contrapartida, ou a contradição, que constitui o sistema do Estado do bem-estar”. No Brasil, como nos demais países, o cotidiano dói forjando uma subjetividade, “[...] formando o homem privado, contemporâneo, que é a base social a qual se sustenta o neoliberalismo; que no final das contas é sua expressão”. (Idem, p.70)

Após a crise de endividamento que se seguiu à década de setenta, num processo de transferência de capitais excedentes dos países centrais para os países dito em desenvolvimento, houve a exigência de um ajuste que implicou na reforma fiscal, liberalização e desregulamentação dos mercados. O pressuposto neoliberal do Estado mínimo, ou seja, “ [...] a interferência do Estado deve ser a mínima possível, cabendo a este proteger a liberdade dos indivíduos, preservar a lei e a ordem, reforçar os contratos privados e promover o mercado competitivo”, (Fidalgo & Machado, 2000, p.222) se fez presente. O diagnóstico neoliberal apontou para uma ampla crise do Estado, que seria a causa da estagnação econômica, daí o crescente interesse pelas reformas nos anos 90 por parte dos governos.

No Brasil essa concepção norteou a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado pela Presidência da República em 1995, cujo propósito era transformar a administração pública brasileira, de burocrática em gerencial, portanto, sob os postulados gerenciais da descentralização e eficiência, conceitos da política neoliberal.

A destruição do *welfare state* nos países desenvolvidos e o avanço do setor privado no período pós-70 transformaram-se numa virtude governamental para os neoliberais. Curiosamente, o mesmo Estado foi chamado a atuar em defesa do ‘interesse da nação’, regulando as atividades do capital corporativo, atraindo o

capital financeiro e, quando necessário, contendo a sua fuga do país. Para Ferretti e Silva Júnior (2000, p.61), na transição do fordismo para o atual

[...] momento histórico do capitalismo, o Estado de Bem-Estar Social dá lugar a um Estado Gestor, que carregue em si a racionalidade empresarial das empresas capitalistas transnacionais [...] A inserção do Brasil nesse processo provoca também uma transformação no aparelho de Estado, que de interventor e estruturador da economia em favor do capital nacional e internacional, desde a década de 30, passa, na década de 90, à condição de Estado Gestor modernizado.

A administração pública passaria do modelo anterior, de caráter burocrático no atendimento das demandas sociais, para uma administração gerencial, em conformidade com a racionalidade neoliberal voltada para a eficiência, a eficácia e a efetividade social das políticas públicas¹². Uma vez descentralizadas ou transferidas as políticas públicas para outros agentes, o papel do Governo¹³ seria apenas a de investir, planejar, promover e acompanhar as ações.

Do Estado estruturador das relações econômicas e sociais, que intervinha na relação capital/trabalho promovendo o “compromisso social”, passa-se para um Estado gestor. As políticas públicas se inserem num processo de mercantilização do espaço público com a valorização da racionalidade gerencial. Dentro dessa lógica da destruição da esfera pública, o espaço social da educação, e

¹² **Políticas Públicas** é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade sendo compreendidas como as de responsabilidade do Estado, quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgão públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. As Políticas Sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social, implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (Hofling, 2001, p.32)

¹³ **Governo** é o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. O Estado seria o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo. (Hofling, 2001, p.31)

especialmente da educação profissional, reorganiza-se irrestritamente à lógica do capital. Para Ferretti e Silva Júnior (2000, p.57), em tempos de globalização e neoliberalismo, percebe-se o

[...] enfraquecimento de instituições políticas no âmbito da sociedade civil, privatização das relações políticas entre Estado e sociedade, hegemonia das organizações não governamentais em funções antes estatais, flexibilização em geral, etc. as novas políticas educacionais derivam de um novo contrato social, pautado no individualismo, no empreendentismo e na busca da inclusão social por vários meios, transforma a educação em um bem privado, em uma mercadoria, que por alguma via se adquire e se torna propriedade privada do possuidor, acentuando ainda mais o individualismo.

Nesse contexto, a qualificação profissional, considerada apenas como formação da mercadoria força-de-trabalho, submete-se cada vez mais ao capital, como evidenciaremos no próximo capítulo.

Silva e Júnior Sguissardi (1999, p.234) afirmam que

[...] as políticas públicas formuladas para a área social, não são políticas sociais, são políticas econômicas [...]. Ocorre mudança de paradigmas das políticas públicas brasileiras: do paradigma da demanda social para o paradigma da oferta econômica, em meio a um movimento, a um só tempo, de expansão da esfera privada em detrimento da esfera pública [...]

As transformações, provocadas pela reestruturação produtiva, pela flexibilidade financeira, pela abertura do mercado, pela submissão econômica do Estado ao FMI e ao Banco Mundial, alteraram radicalmente o mundo do trabalho, nos anos 90 e com as mudanças, na base produtiva e na reconfiguração do Estado. A educação também se configurou como política social no contexto das nominadas políticas públicas de trabalho, de emprego e renda. Isto significa que a política de educação profissional afirmou-se num contexto de crise da regulação fordista e de

afirmação da chamada acumulação flexível, de mudança na concepção do saber como bem coletivo para bem particular privado, e da ampliação da esfera privada em detrimento da esfera pública, com redefinição do papel do Estado a partir das determinantes globais e das especificidades do país.

Na ideologia da qualificação e da competência, o trabalhador tem que ser qualificado para encontrar ou, manter-se no emprego, no setor formal; qualificada para se engajar no setor informal; qualificada para ser criativa num mundo sem emprego e ser competente para se manter empregado, caso contrário, o trabalhador será culpado pela Sua exclusão do trabalho, ou seja, ele será culpado por estar desempregado.

1.5.1. A GLOBALIZAÇÃO E O BRASIL

A formação de uma economia mundial cada vez mais entrelaçada, a partir de meados da segunda metade dos anos 70, abrangeu primeiramente o centro do sistema capitalista que compreende a Europa Ocidental, Japão e EUA, depois, alguns outros países, especialmente, os Tigres Asiáticos¹⁴ e a China. Foram nessas regiões que se concentraram, até o final da década de 80, os fluxos de capitais, o advento de novas tecnologias, a reestruturação organizacional da produção e dos processos de trabalho.

¹⁴ Hong Kong, Coréia do Sul, Cingapura e Taiwan.

Nesse período, a integração da América Latina a essas mudanças foi mínima em virtude de estar imersa numa fase de estagnação, marcada por baixos índices de crescimento, graves crises inflacionárias e de endividamento externo. Diante desse panorama, os países latino-americanos não despertavam interesse do grande capital, retardando assim sua inserção no processo de globalização. No Brasil, segundo Corsi (1999, p.15), os entraves para a adesão foram

1 – Intenso processo inflacionário; 2 – crise fiscal do Estado, fruto, em grande medida, do endividamento interno e externo; 3 – estagnação econômica decorrente da queda dos investimentos e da adoção de políticas recessivas; 4 – inexistência de políticos voltados para o desenvolvimento em virtude de a política econômica estar direcionada para o combate a inflação e pagamento da dívida externa; 5 – incapacidade de o governo articular internamente uma base social sólida para políticas desenvolvimentistas.

Além desses fatores, o Brasil apresentava uma fragilidade em relação à solidez financeira, a incapacidade de concentrar capital das empresas nacionais e a defasagem tecnológica acentuada. Esse panorama começou a mudar, quando Japão, Europa Ocidental e EUA, entraram em crise, no início dos anos 90. Nos dois primeiros, iniciou-se uma fase de estagnação, onde

[...] a falta de boas oportunidades de investimento associada à queda das taxas de juros dos países centrais gerou um volume significativo de capitais ávidos por melhores condições de valorização em outras regiões do mundo. A América Latina então voltou a chamar a atenção das grandes empresas e do capital financeiro. (Idem, p.16)

Paralelamente a esses acontecimentos, organismos financeiros internacionais como FMI, Banco Mundial, BID e o mundo acadêmico travaram uma intensa discussão sobre as políticas de estabilização da economia latino-americanas. Chegaram ao consenso de que, por um lado, as políticas propostas pelo FMI

conseguiram conter uma onda de moratórias da dívida externa, por outro, não obtiveram êxito na redução da inflação e na retomada do crescimento econômico.

As conclusões desses seminários, tiveram seu desfecho em Washington, no final dos anos 80, ficando conhecidas como o “Consenso de Washington”, com a proposta de uma política de estabilidade econômica aliada a um plano de reformas para os países latino-americanos.

O Consenso de Washington, em linhas gerais propôs: 1) estabilização macroeconômica pela adoção de planos monetários que atrelassem as moedas nacionais ao dólar e de políticas monetárias; 2) introdução de reformas estruturais visando a abertura das economias nacionais, o que implicava reduções de tarifas e desregulamentação dos mercados financeiros e de capitais; 3) redução da presença do Estado na economia, centrada em um vasto programa de privatização das empresas estatais. (Idem, p.17-18)

Para os ideólogos do Consenso, somente após a implementação dessas reformas haveria a possibilidade de retomada do crescimento econômico, e, para implementar esse conjunto de reformas, seriam necessários governos estáveis e com forte base de sustentação política e social, pois os ônus das reformas seriam pesados para a grande maioria da população. Na América Latina, vários países adotaram planos de estabilização que seguiam as diretrizes propostas pelo “Consenso”. O México e a Argentina adotaram planos baseados em âncoras cambiais, acarretando enormes déficits comerciais, que resultaram na quebra do

México em 1965 e da Argentina em 2001. No caso do Brasil, o Plano Real também se inspirou de certa forma nessa estratégia, embarcando o Brasil na onda neoliberal que se espalhou de forma irremediável no final do século XX.

1.5.2. O PLANO REAL E O GOVERNO FHC

A política econômica, desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso (FHC), durante seu primeiro mandato, foi gestada quando Ministro da Fazenda no governo Itamar Franco (1993 e 1994), participando da criação e implementação do Plano Real, também chamado de Plano FHC e que depois lhe rendeu a vitória com 60% dos votos válidos nas eleições presidenciais de 1994 e aprovação de vários dispositivos que tornaram o Plano Real inicialmente mais ameno para os trabalhadores.

Quando instituído, o Plano Real tinha como meta pôr fim a uma crise inflacionária que corroía o salário do trabalhador havia mais de uma década, pautando-se na tentativa de conter a inflação inercial juntamente com o estabelecimento de uma âncora cambial.

Inicialmente com o Plano Real, a inflação baixou e houve crescimento econômico no primeiro ano de sua vigência. Depois, em função dos crescentes déficits comerciais ocorridos pela sobrevalorização da moeda juntamente com a abertura comercial, mostrou-se a fragilidade do Plano, fazendo “[...] o governo adotar medidas recessivas para conter o desequilíbrio externo, particularmente a

majoração das taxas de juros, que, além de inibirem a atividade econômica e, portanto, as importações, estimulam a entrada de capital estrangeiro necessário para fechar os déficits nas contas externas”. (Corsi, 1999, p.18)

O Plano Real atingiu com sucesso seu objetivo de controlar o processo inflacionário, em contrapartida, condenou o Brasil a baixas taxas de crescimento que afetaram os níveis de emprego e colocaram o país numa situação vulnerável ante as oscilações da economia mundial.

Apesar dos problemas, FHC manteve sua política econômica e quando a situação tornou-se insuportável, recorreu ao FMI, que impôs em troca de um empréstimo em torno de U\$ 45 bilhões, condições aviltantes e recessivas que protegia os interesses do capital em detrimento dos interesses de uma imensa parcela da população brasileira. A política econômica recessiva, imposta pelo FMI ao Brasil, fez com que o Produto Interno Bruto (PIB) caísse aumentando drasticamente o desemprego. Para Mattoso (1999, p.118) “O governo FHC, além de causar uma profunda desestruturação do mercado de trabalho pelo uso de políticas macroeconômicas passivas e subordinadas aos capitais financeiros internacionais, intensificou esse processo com a ampliação de uma desregulamentação e flexibilização predatórias”.

Apesar do processo inflacionário ter sido contido, outros problemas continuaram sem soluções (a má distribuição de renda, o desemprego, a má qualidade do

Sistema de Saúde, etc.) e emperrando o crescimento econômico. Neste termos, segundo Fonseca (2002, p. 107)

[...] a questão essencial é que não resolvemos problemas elementares da vida civilizada, como o acesso a educação fundamental de qualidade, saneamento e saúde pública. A defasagem dos indicadores sociais prejudica o desempenho econômico – o capital humano deficiente reduz as oportunidades do país no mundo globalizado.

A dinâmica do capitalismo tem provocado a exclusão social e a perda das conquistas históricas da classe trabalhadora. A globalização e o neoliberalismo não se reconhecem na intensificação das desigualdades sociais e na mundialização das mazelas que atingem grande parte da humanidade.

1.5.3. O PARANÁ NO CONTEXTO MUNDIAL

Acompanhando as transformações nacionais e internacionais, o Paraná, tem ostentado uma posição privilegiada economicamente, segundo dados apresentados pela Gazeta Mercantil (1998), pois teve a segunda maior carteira de projetos de investimentos do país (95/98), e o quinto maior Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e a sexta maior renda per capita.

Vários fatores adversos, contudo, como o fraco dinamismo da economia mundial. Crise financeira e política de juros altos no Brasil afetaram o faturamento e o emprego industrial paranaense juntamente com a introdução de novos métodos de produção, gestão, de controle de qualidade, inovações tecnológicas, automação, terceirização. Foi a partir de 1994, que houve uma impulsão rumo à

competitividade, redução de custos, e adaptação da economia para a competição externa, ditada pelo trinômio: abertura comercial, estabilidade monetária e sobrevalorização cambial, impactando ainda mais a situação do emprego e do trabalho no Paraná.

As mudanças que se operam no capitalismo mundial já se encontram enraizadas no Brasil e no Paraná, com suas implicações em termos de exclusão social, seja pelo desemprego, seja pela precarização do trabalho. Na primeira metade da década de 90, houve, por parte do governo estadual, a absorção da linguagem e teoria neoliberal, representado, principalmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento/BIRD para o financiamento da área social.

Na segunda metade, da década de 90 (1995/98), esta situação se intensificou, preparando a reestruturação e o ajuste fiscal do aparelho do estado, anunciado no final de 1998, envolvendo o plano de demissão voluntária, a privatização, a terceirização de serviços e até a criação de agências executivas, cujo vínculo com o Estado seria mantido por contrato de gestão, como por exemplo, o Paranatec¹⁵. Sob esse paradigma político, pautado no neoliberalismo o governo do Paraná desenvolveu, nos anos 90, a política para a qualificação dos trabalhadores.

O neoliberalismo e a globalização, provocaram mudanças radicais no processo de produção e no mundo do trabalho de forma irreversível. A situação da classe

¹⁵ Sociedade civil sem fins lucrativos, criada em 28/08/1995, por iniciativa da comunidade que atua com a educação profissional e com o apoio do governo local. Tem por objetivo integrar os principais agentes do desenvolvimento (setor público, comunidade empresarial e instituições de ensino público e privado) visando proporcionar condições para a reformulação e o aperfeiçoamento contínuo da educação profissional do Paraná. (www.paranatec.com.br)

trabalhadora frente a estas transformações, levou ao desemprego milhares de pessoas, conduzindo uma grande parcela da população mundial à miséria. As perspectivas atuais não vislumbram melhorias nas condições sociais das pessoas, muito pelo contrário, apontam para o aprofundamento das desigualdades sociais.

2. FUNDAMENTOS DA INSTITUCIONALIDADE DA NOVA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Este capítulo tem por objetivo analisar os termos qualificação, competência e empregabilidade, que dão sustentação ao processo de reestruturação produtiva enfatizando seus vínculos com a chamada educação profissional no Brasil.

2.1. A GÊNESE DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO

No início da segunda metade do século XX, Theodoro Schultz e seus colaboradores, elaboraram o conceito de capital humano, para explicar as diferenças de desenvolvimento econômico-social entre as nações e a desigualdade entre grupos sociais ou entre os indivíduos. Esse conceito foi construído no auge do modo de regulação fordista de desenvolvimento econômico para explicitar a não efetiva generalização do fordismo quando este atingiu o auge.

A teoria do capital humano visava estabelecer a relação entre educação, formação e qualificação profissional e crescimento econômico e renda, medir os retornos dos investimentos educacionais, seja pelo enfoque do benefício individual seja pela produtividade nacional, quantificando a contribuição da educação ao Produto Nacional Bruto (PNB) ou ao seu crescimento em determinado período.

A idéia central da teoria do capital humano é a de que uma elevação no grau de instrução corresponderia a um acréscimo da capacidade de produção, ou seja, o aumento de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, funcionariam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Para Schultz (1973, p.79) “[...] às pessoas no momento em que obtém um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como um agente produtivo [...]”.

A educação torna-se o principal capital humano do indivíduo, quando compreendida como produtora da capacidade de trabalho e potenciadora do fator trabalho tornando-se, assim, um investimento como qualquer outro que se possa fazer ao longo da vida.

Segundo Frigotto (1989, p.40-41) para a teoria do capital humano

O processo educativo, escolar ou não, é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade e complexidade da ocupação, a natureza e o volume dessas habilidades deverão variar. A educação passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda.

Na atual conjuntura, na qual as palavras centrais passam a ser qualificação, competitividade e empregabilidade, a educação escolar que deveria ser um direito do indivíduo, passa a ser vista como um meio, um instrumento de formação para se disputar uma vaga no mercado de trabalho. Concepção sobre a qual há consenso entre as agências multilaterais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros, de que um maior investimento na educação básica representaria a única possibilidade real de reversão das desigualdades sociais, expressando uma saída ideológica para uma situação de difícil resolução nos países em desenvolvimento.

A difusão da TCH foi veloz nos países da América Latina através dos organismos internacionais que sempre representaram os interesses do grande capital. Atualmente, no contexto da reestruturação produtiva vivenciamos um revigoramento da TCH. De acordo com Ramos

[...] a distinção fundamental desta nova categoria da Teoria do Capital Humano é que sua formulação se dá a partir de uma concepção de mundo baseada na substituição do trabalho como categoria fundamental das relações sociais pelo conhecimento, o que preconiza o fim das classes sociais fundamentais e a emergência do 'cognitariado', numa sociedade pós-industrial. (2000, p.3)

Há ressignificação dessa teoria no emprego do conceito de empregabilidade que norteia as políticas educacionais e de trabalho no Brasil. Para Gentili (1999, p.88)

o

[...] apelo à empregabilidade, e seu uso numa neo-teoria do capital humano cujo conteúdo tem-se metamorfoseado com as novas condições de acumulação do capitalismo globalizado, [...] a tese da empregabilidade recupera a concepção individualista da teoria do capital humano, só que acaba com o nexó que aquela estabelecia entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano social: as possibilidades de inserção de um indivíduo no mercado dependem (potencialmente) da posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais que o habilitam para a competição pelos empregos disponíveis (a educação é, de fato, um investimento em capital humano individual); só que o desenvolvimento econômico da sociedade não depende hoje de uma maior e melhor integração de todos à vida produtiva (a educação não é, em tal sentido, um investimento em capital humano social).

A CEPAL, produziu em 1992, um documento denominado “Educação e Conhecimento: eixos da transformação produtiva com equidade” em que reconhece como de importância vital a formação de recursos humanos, tanto para a competitividade, como para a equidade na América Latina. “A competitividade dos países depende, de fato, de que a maioria da força de trabalho disponha de uma ampla base de formação geral e de sólidos conhecimentos e habilidades específicas.” (CEPAL, 1992, p.86)

Vanilda Paiva (1989, p.42) destaca a importância do documento da CEPAL na disseminação da idéia da conexão entre a educação e o novo processo produtivo, que, juntamente com outros organismos internacionais, impõe nos projetos e condições de financiamento a prioridade da educação básica aliada à capacitação e o desenvolvimento tecnológico que tornem viáveis as transformações das estruturas produtivas numa perspectiva de equidade.

Sob a influência dos organismos internacionais, as políticas educacionais da América Latina, em especial a do Brasil, são desenvolvidas objetivando o fortalecimento da reprodução do capital, sendo que o investimento na formação e qualificação da força de trabalho não é suficiente para haver um maior acesso à riqueza produzida, pois, o mesmo só ocorreria se houvesse uma mudança nas relações sociais e sistema produtivo.

2.2. A QUALIFICAÇÃO COMO IN(EX)CLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

As novas tecnologias presentes no processo produtivo trazem em seu bojo, as preocupações com a educação e a qualificação do trabalhador, gerando ideologias. A incorporação dessas ideologias na formação do trabalhador, trata a qualificação profissional como uma solução para os problemas do desemprego e da precarização do trabalho, transferindo ao indivíduo a responsabilidade do emprego e da sua capacidade para consegui-lo.

Desde o século XIX, quando o movimento ludita¹⁶ ou ludista na Inglaterra, levou milhares de trabalhadores a se oporem de maneira radical à introdução de novas máquinas no processo produtivo, destruindo-as, ficou claro a subjetividade do

¹⁶ Grupo de operários ingleses que no início do século XIX destruíram as máquinas introduzidas nas indústrias têxteis. O emprego da máquina no processo produtivo provocou a ruína de milhares de artesãos, que se viram obrigados a vender sua força de trabalho aos empresários. Voltaram-se então contra as máquinas que substituíram nas fábricas seus instrumentos de trabalho. A prática foi reprimida com a pena de morte (Lei de 1812) e a deportação. A designação veio do nome de King Ludd, um dos líderes do movimento. (Sandroni, 1985, p.180)

trabalhador em relação à tecnologia que a considerava uma ameaça ao emprego e a qualificação. A qualificação vem sendo discutida juntamente com a educação na literatura clássica desde a segunda metade do século XVIII, quando Adam Smith, na obra *A riqueza das Nações* (1996, p.244) afirmava que

[...] com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples [...] cujos efeitos são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo [...] tornando-se tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana.

Sendo assim, se a evolução técnica infligia uma mutilação das virtudes dos homens porque desqualificava o trabalho, então o Estado deveria lhes oferecer a educação básica (ler, escrever e calcular). Primeiro porque seria de seu interesse que o povo fosse instruído e segundo, porque os mesmos estariam sujeitos às ilusões e superstições que geravam a desordem da classe operária.

Marx, em sua crítica à economia política clássica, retomou a noção de valor de uso e valor de troca de mercadoria, apontou a qualificação do trabalhador na manufatura no século XIX, como elemento constituinte do ser social, e também, como elemento determinante da produtividade da força de trabalho. Marx (1998, p.48), diz que “[...] a força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica”.

A possibilidade do aumento da produtividade com o sistema de máquinas e, com isso, poder atingir o objetivo fundamental que é a extração da mais-valia, possibilitando a acumulação de capital, a qualificação para Marx (1985, p.86) é uma forma subalterna ao processo do aumento de produtividade uma vez que o processo de trabalho se subordina ao processo de valorização do capital.

Portanto, para Marx (1988, p.48-49) o conceito de qualificação seria um conjunto de condições físicas e mentais dos trabalhadores, despendida em atividades direcionadas para a produção de valores de uso geral. A força de trabalho enquanto valor de uso para o capital é condição fundamental para a produção de valores de uso em geral. A força de trabalho enquanto valor para o capital é condição fundamental para a produção e a mais-valia para o capitalista.

Para Machado (1994, p.47), “[...] sob as relações capitalistas essa força de trabalho assume uma determinação social e se constitui numa mercadoria especial com vistas à extração de mais-valia. A qualificação vai marcada, então, pela exclusão e alienação humana”.

Braverman (1977, p.360) identificava a degradação do trabalho humano no século XX motivada pelo capitalismo monopolista, que destituiu o trabalhador de controle autônomo através do trabalho acerebral, tornando-o instrumento do capital. As inovações tecnológicas reduziram a necessidade de trabalhadores qualificados e transformaram as tarefas em rotinas padronizáveis, o que permitiu reduzir o custo da força-de-trabalho substituindo-a facilmente. Juntos, o desenvolvimento

tecnológico sob o capitalismo monopolista e os princípios da gerência científica, levariam a uma tendência degradante do trabalho e desqualificação da força-de-trabalho. Assim,

[...] quanto mais a ciência é incorporada no processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador [...] quanto mais o trabalhador precisa de saber a fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece. (Idem, p.360)

Na década de 80, outros autores, numa discussão controvertida buscavam analisar as conseqüências da introdução da automação microeletrônica sobre a qualificação do trabalhador. Schmitz (1988) a partir de experiências internacionais, examinou o impacto da nova tecnologia microeletrônica na qualificação do trabalhador colocando a questão sob duas óticas: a do problema do desemprego (tecnológico e/ou estrutural) e a qualidade do emprego.

Quanto ao último aspecto, para o autor, as potencialidades da tecnologia em produzir a polarização das qualificações, dependerá da intensidade das estratégias das empresas, diferenciadas em vários países, além de outras especificidades, pois para ele “A tecnologia em si não é desqualificante, depende do uso que se faz dela”, e a “[...] desqualificação é uma questão que deve ser entendida dentro das estratégias da administração que visam aumentar o controle sobre o processo de trabalho” (Schmitz, 1988, p.64). Alerta, contudo, para a necessidade de força de trabalho flexível, responsável, envolvida e atenta, comprometida com o êxito na atividade produtiva.

Nos anos 90 intensificou-se o debate, destacando-se o trabalho de Hirata (1994, p.132), no qual se discute a empresa inteligente, a “empresa qualificante”, envolvida endogenamente com a condução da formação do trabalhador como um ato inteligente de estratégia de sobrevivência da empresa.

O novo modelo de qualificação está inserido no contexto das necessidades da produção flexível. Contrariamente ao regime fordista, o padrão de acumulação flexível, apóia-se entre outros na flexibilidade dos processos de trabalho e de produção, produtos diversificados e com economia de escopo. Aparentemente as novas qualificações estariam sendo conduzidas de forma positiva, estando o trabalhador imbuído de criatividade e envolvimento social no trabalho.

Para Ricardo Antunes (1997, p.51), a pretensa valorização do trabalho qualificado ou a requalificação multifuncional e polivalente, de alto conteúdo intelectual, é parcelar, e, portanto, a positividade está reservada apenas para uma parcela da classe trabalhadora em determinados setores produtivos, enquanto que outras vêm se desqualificando. Dentro da própria classe qualificada, a requalificação significou redução do seu poder sobre a produção e aumento na intensidade no ritmo de trabalho. Para Antunes (1997, p.54) afirma que

[...] ao mesmo tempo em que se visualizava uma tendência para a qualificação do trabalho, desenvolve-se também intensamente um nítido processo de desqualificação dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que super qualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros.

Segundo Márcia Leite (1997, p.66) “[...] a afirmação de que novos paradigmas produtivos levam inexoravelmente ao emprego de uma mão-de-obra mais qualificada, em termos técnicos, não tem correspondência na realidade”. Isto significa afirmar que

[...] Na verdade, eles tanto podem levar a uma maior qualificação como a uma desqualificação da mão-de-obra, ou ainda a situações em que as antigas habilidades são substituídas por outras, sem que isso signifique obrigatoriamente uma qualificação técnica superior [...] o emprego de uma mão-de-obra mais escolarizada nem sempre significa que o trabalho passe a ter um conteúdo mais enriquecido. [...] (Idem, p.66)

Atualmente no Brasil, a concepção de qualificação traz consigo não apenas a necessidade de adaptar os trabalhadores para os novos processos operacionais da produção, mas requer ainda o desenvolvimento de habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo que assinalam a defasagem da educação escolar, destinada à maioria dos trabalhadores brasileiros.

A noção de qualificação na década de 50 e 60 tinha como referência a economia neoclássica, especialmente na TCH, onde o trabalhador representava o “capital humano”, o recurso de produção, como uma das variáveis independentes da função micro e macroeconômica de produção, numa relação direta e positiva. No plano microeconômico, o capital humano era elemento-chave no conjunto dos fatores de produção, com tecnologia dada pelo modelo industrial capitalista, juntamente com o capital físico, quantidade de trabalho e matérias-primas, favoráveis à atividade produtiva, cujo objetivo era a maximização do lucro do empresário. No plano macroeconômico, foi elemento indispensável para o

crescimento econômico na medida em que equilibrava as demandas do mercado de trabalho à oferta do sistema educacional (Frigotto, 1999, p.38-46).

A forma de ver a educação como virtude por excelência e como política de equidade age como respaldo à opção de política neoliberal e para Silvia Manfredi (1998, p.20) passa-se a idéia de “igualdade de oportunidades” via educação e alimenta-se a ilusão de que a qualificação é a verdadeira possibilidade de se galgar espaço e status.

A qualificação fica restrita à função que cada trabalhador deve exercer no posto de trabalho, qualificação esta adquirida na escola ou no ambiente de trabalho, desenvolvendo a idéia do poder da educação como mecanismo para alcançar posições qualificadas, mas “[...] mascarando os demais mecanismos sociais e organizações que condicionam o acesso e a manutenção dos trabalhadores no mercado formal de trabalho [...]” (Manfredi, 1998, p.20). O status se dá não pelo nível educacional, mas pelo mercado de trabalho, que vê na qualificação um meio de exclusão da força de trabalho quando disputa um posto de trabalho.

A construção social da qualificação é amplamente variável, conforme o tipo e a situação de trabalho, como também o contexto social, as condições conjunturais e a experiência histórica dos variados grupos profissionais. Já a qualificação tácita, segundo WOOD e Jones (apud Castro, 1994, p.82) é “[...] uma forma de conhecimento que, conquanto essencial à aquisição e desenvolvimento de tarefas qualificadas, é sempre apreendido através da experiência subjetiva, sendo muito

difícil a sua transmissão através da modalidade da linguagem explícita e formalizada”.

A qualificação tácita é uma forma de conhecimento que está na base da constituição da experiência da qualificação adquirida por anos seguidos num posto de trabalho, sendo insubstituível mesmo quando “[...] as mais modernas tecnologias informatizadas busquem internalizar no equipamento a experiência, vivência e memória do trabalhador [...]” (Castro, 1994, p.82).

Porém, a questão da qualificação faz parte da disputa entre as classes antagônicas desde a sua prática até sua disputa ideológica na definição do que é qualificação. Na crise do capital em que se está destruindo parte das forças produtivas, intensificando a exploração de trabalhadores, aumentando o desemprego, bem como buscando novos mercados, a questão da qualificação/requalificação aparece como resposta necessária à crise do trabalho.

Nesse contexto, qualificar os trabalhadores para resolver o problema do desemprego e da baixa qualidade do emprego e considerar a educação como uma via para solucionar os problemas sociais parece mascarar as mazelas presentes no mercado de trabalho e as contradições das relações sociais capitalistas.

2.3. COMPETÊNCIAS E EMPREGABILIDADE PARA O TRABALHO INCERTO

Os conceitos de “competência” e “empregabilidade” emergiam nos anos 90, no contexto da reestruturação produtiva, colocando ênfase no indivíduo, para resolver a questão do desemprego. A passagem do trabalho fordista para a especialização flexível, fez com que um número cada vez maior de ocupações e trajetórias ocupacionais, não se adaptassem ao novo processo produtivo. A rigidez dos postos de trabalho própria do taylorista/fordista, é incompatível com o novo processo produtivo onde a polivalência e a rotação das ocupações, tornam-se cada vez mais freqüentes, pois, a lógica da competência tem estado no centro das empresas, alcançando novas formas de recrutamento, promoção, capacitação e remuneração.

Para Gallart e Jacinto (apud Shiroma e Campos, 1997, p.24-25) competência seria “[...] um conjunto de propriedades em permanente modificação que devem ser submetidas à prova de resolução de problemas concretos em situações de trabalho que trazem certas margens de incerteza e de complexidade técnica [...]”.

Afirmam ainda Gallart e Jacinto (Idem, p.25) que

[...] as competências não são “transmissíveis”, resultando de uma “mescla” entre conhecimentos tecnológicos prévios e experiências concretas que provêm fundamentalmente, do trabalho no mundo real; incorporam-se por meio de experiências sociais distintas – família, escola, trabalho -, sendo atributos da pessoa do trabalhador e não patrimônio de um posto de trabalho. São uma síntese de elementos individuais e sociais.

Machado (1994, p.25) questiona o modelo de competência argumentando que a centralidade deste “[...] reside no estabelecimento de paradigmas – lista de categorias de competências e de um conjunto de proposições dedutivas, originadas da identificação de supostas tendências qualificadoras em função das quais o conjunto da força de trabalho é classificado e tomado como objeto de intervenção de políticas de qualificação”.

Contra-pondo-se ao modelo de competências, Hirata assinala que este conceito é marcado política e ideologicamente por sua origem empresarial. O modelo de competência associa-se à crise da noção de postos de trabalho, trazendo alguns problemas que necessitam ser negociados, como a não-remuneração dos trabalhadores da base da pirâmide, “[...] trabalhadores estes levados no novo modelo de organização do trabalho a uma participação na gestão da produção, a um trabalho em equipe e a um envolvimento maior nas estratégias de competitividade da empresa, sem terem necessariamente uma compensação em termos salariais”. (Hirata, 1994, p.133).

Reafirmando a dimensão individualizante do conceito de competência, Lerolle (apud Hirata, 1994, p.133) expõe que

A referência a aptidões pessoais necessárias aos empregos não é certamente uma novidade. Parece, entretanto, que a parte destas capacidades gerais e mal definidas tende a crescer como aceleração das variações da organização e das atribuições (de cargos). Quanto menos os empregos são estáveis e mais caracterizados por objetivos gerais, mais as qualificações são substituídas por saber-se.

Ao fundar-se em atributos pessoais, reconhecidos pelo desempenho ou performance do trabalhador em diferentes situações-problema, o modelo da competência oportuniza e legitima práticas de gestão da força de trabalho, sustentadas na incorporação individualizada, diferenciada e fragmentada do coletivo de trabalhadores; as práticas de avaliação de desempenho, principal mecanismo condicionante dos salários e da ascensão na carreira, expressam a nova racionalidade que preside o modelo da competência.

Associando competência, desempenho e mérito, as gerências acenam para os trabalhadores, de que as oportunidades são iguais para todos, mas somente os mais aptos é que ascenderão. Para Machado (1998, p.19)

[...] na formação do pensamento liberal burguês, ocupa um lugar central, como parte da ideologia carismática, o preceito de que a posição dos indivíduos no mercado de trabalho é imediatamente definido pelos seus méritos individuais para os quais seriam determinantes a qualidade de seus atributos, a gama de seus conhecimentos e a eficácia real de suas capacidades pessoais [...]

Ser-competente ou ter que ser-competente recoloca, por um lado, os trabalhadores em situação de competição entre si, desarticulando as resistências ou mobilizações coletivas e, por outro lado, funciona como um forte mecanismo ideológico ao ocultar as contradições que perpassam as relações de trabalho na empresa e na sociedade.

No contexto da reestruturação produtiva, sob a lógica do toyotismo, competente é aquele que se comporta de forma a *saber ser*, de acordo com os interesses da empresa, é aquele que se enquadra na perspectiva da valorização do capital.

Os ideólogos do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) partem do pressuposto de que o desenvolvimento das “competências” seria capaz de garantir a “empregabilidade” do indivíduo. Ou seja, a “empregabilidade” visaria responder às necessidades do trabalhador manter-se em condições de continuar no emprego ou, se estiver desempregado conseguir emprego ou ser criativo para conseguir renda. Para tanto, seria necessário “[...] restabelecer seu foco na empregabilidade, entendida não apenas como capacidade de obter um emprego, mas, sobretudo, de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação.” (Brasil, 1999^a, p.19)

Nesta perspectiva, a busca das referidas habilidades deve ser permanente, pois só assim o trabalhador se manterá em condições de empregabilidade, ou seja, apto para conseguir manter-se no emprego/empregar-se ou então de forma criativa buscar outras formas de trabalho e renda. Os documentos do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) que tratam sobre Educação Profissional, referem-se à competência como “[...] sendo processual, exigindo, portanto, um processo de educação contínua, que desenvolveria um conjunto de habilidades (classificadas de básicas, específicas e de gestão) [...]”. Esta tipologia é assim definida:

Habilidades básicas – competências e conhecimentos gerais, essenciais para o mercado de trabalho e para a construção da cidadania, como comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio, saúde e segurança no trabalho, preservação ambiental, direitos humanos, informação e orientação profissional e outros eventuais requisitos para as demais habilidades. II – Habilidades específicas – competências e conhecimentos relativos a processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais, equipamentos e outros conteúdos próprios das

ocupações. III – Habilidades de gestão – competências e conhecimentos relativos a atividades de gestão, autogestão, melhoria da qualidade e da produtividade de micro e pequenos estabelecimentos, do trabalho autônomo ou do próprio trabalhador individual, no processo produtivo. (Brasil, 1999b, p.41)

Após a universalização da reestruturação produtiva e de conceitos como reengenharia, controle de qualidade total, círculo de controle de qualidade, *just-in-time*, *kanban*, vivenciamos atualmente no Brasil, os conceitos de competência e de empregabilidade. É possível afirmar que os conceitos de competência e empregabilidade, pelo menos no Brasil, são utilizadas como justificativa do Estado para as políticas econômicas e sociais que são, muitas vezes, ditadas pelas agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

HIRATA (1994, p.133) observa que, conceitualmente a empregabilidade seguiu o caminho inverso ao da competência, partindo dos estudos econômicos sobre o emprego e desemprego para depois ser adotado pelos empresários. Apesar disso, ambos os conceitos têm em comum o fato de seu “uso patronal”. A função dos conceitos para Hirata (1994, p.133) estaria

[...] em transferir a responsabilidade da não-contratação (ou da demissão) ao trabalhador. [...] O acesso ou não ao emprego aparece como dependendo da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e micro-econômicas contribuem decisivamente para essa situação individual.

Os documentos do PLANFOR e das instituições de formação incorporaram em sua retórica os conceitos de qualificação e competência. Quando se referem a educação, formação ou qualificação profissional, trazem à tona a questão da “competência”, tema que pertence ao repertório do desenvolvimento humano que teve sua origem nas Nações Unidas.

Segundo a perspectiva do atual governo federal, o trabalhador contexto da reestruturação produtiva deve possuir “competências” não voltadas para um posto específico de trabalho, pois não se exige um “saber-fazer”, o que se exige são características gerais, de caráter comportamental o “saber-ser”. Para Mehedeff (1998, p.3), Secretário da SPPE (Secretaria de Políticas Públicas de Emprego), o conceito de competência que “[...] envolve conhecimentos, habilidades sociais e intelectuais, atitudes e comportamentos requisitados em determinadas áreas de trabalho ou setores da economia. A competência é permanentemente construída, aprimorada, renovada. Não é um estoque, mas um fluxo [...]”. (Idem, p.3)

Em relação à empregabilidade, Mehedeff (1998, p.3) afirma que este pode ser explicitado por três pontos principais: competência profissional, disposição para aprender continuamente, capacidade de empreender, podendo ser entendida como

[...] o conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornam o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda e qualquer organização. [...] mais importante que apenas obter um emprego, é tornar-se empregável, manter-se competitivo em um mercado em constante mutação. Preparar-se inclusive, para várias carreiras e diferentes trabalhos – às vezes simultâneos. (idem, p.3)

O documento oficial do MTE, denominado “Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado” compreende a qualificação como “competência”, a qual sendo mais que um conjunto de saberes deve “[...] incluir necessariamente, a capacidade de enfrentar o imprevisto e o imprevisível, de ir além do domínio de tarefas prescritas”, ou seja, “[...] a bagagem de

conhecimentos e de habilidades tenderia a perder importância, valorizando-se, em escala crescente, a capacidade de domínio ou condução de situações imprevistas – ‘acontecimentos’ ou ‘eventos’ [...]” (Brasil, 1999b, p.18).

No atual processo produtivo exige-se da força-de-trabalho novas competências, como a capacidade de ser polivalente, de diagnosticar e intervir a tempo, ou seja, que o trabalhador possa agir rapidamente, decidindo o que fazer. As mudanças na produção e nas relações de trabalho fizeram com que “[...] a qualificação deixa de ser entendida como capacidade de realizar tarefas/operações, passando a se definir como capacidade de ação e reação diante de eventos imprevisíveis, em sua grande maioria.” (Brasil, 1999b, p.19)

Sendo assim, argumenta-se que não é suficiente ter competência técnica, também é necessário que o trabalhador mobilize os conhecimentos tácitos. O mercado de trabalho passou a exigir que o trabalhador seja competente e polivalente, visando o desenvolvimento global do indivíduo, pois o mesmo tem que ser em tempo integral trabalhador e cidadão, competente e consciente.

Entendemos que o modelo de competência e a ideologia da empregabilidade enquadram-se na perspectiva neoliberal, pois responsabiliza o indivíduo pelos seus eventuais êxitos ou fracassos profissionais. Quando na verdade, não é a capacidade de domínio ou condução de situações imprevistas – a competência individual – que determina se o trabalhador terá ou não lugar no mercado de trabalho. Isso pode até contribuir, mas não é a determinação principal, pelo

contrário, o equívoco está na origem da questão, pois, não é o fato do indivíduo ser escolarizado ou não que determinará a sua situação no mercado de trabalho. Segundo Machado (1998, p.18) “[...] o déficit educacional não é o único fator responsável e nem o principal causador dos problemas de qualificação e do desemprego [...]”, mas sim a realidade econômica e social em que está inserido.

A noção de competências e a ideologia da empregabilidade, constitui-se em mecanismo de indução, conformação e internalização da responsabilidade de seus eventuais êxitos ou fracassos que podem levar o sujeito a sentir-se culpado pela sua baixa escolaridade e desqualificação, a se autoresponsabilizar e sentir-se fracassado diante do desemprego e da exclusão.

Portanto, a noção de competências e a ideologia da empregabilidade são formas de produção do consentimento, instrumentos ideológicos que visam capturar e manipular a subjetividade do trabalhador. Esses conceitos são expressões de uma sociabilidade perversa que anula, discrimina e exclui os sujeitos e, depois, os torna culpados por esta situação.

O modelo de gestão e organização, baseado na ideologia da meritocracia, conduz a um conceito de êxito e de fracasso que leva o trabalhador – na condição de indivíduo desempregado ou exercendo atividades precarizadas – a ter vergonha e constrangimento pela exclusão social a qual é obrigado a vivenciar. O trabalhador vítima da exclusão em função das transformações no processo produtivo é um convertido em vilão, pois, a nova ideologia do mundo do trabalho, insere no

imaginário do trabalhador, que a sua inclusão ou exclusão do mercado de trabalho decorre da sua incompetência, deslocando do Estado a responsabilidade pela precária situação social na qual vive uma parcela considerável dos trabalhadores brasileiros, ou melhor, dos trabalhadores em geral.

2.4. DESEMPREGO: O PESADELO DO TRABALHADOR ATUAL

Na história da educação, houve um período em que foi atribuído um caráter redentor, pela tentativa de combater a ignorância através da mágica do saber. Nesse tempo, os menos privilegiados culpavam-se pela exclusão social em função de não possuir a cultura letrada. Segundo Frigotto (1994, p.51) “[...] para as classes populares, o acesso a essa escola básica é condição necessária, ainda que não suficiente, para uma qualificação humana que as capacite a lutar por seus direitos fundamentais”.

Esse fato mobilizava muitas famílias no esforço de manter seus filhos na escola, na tentativa de melhorar as expectativas de vida futura. Era o fetiche da educação escolar, tratado como passaporte para mudar o destino, mesmo sabendo que privilegiados ou não, e independente do tempo de permanência na mesma, nem sempre eram bem sucedidos quando dela saíam.

Hoje podemos tomar como ponto de análise, o fetiche criado em torno da qualificação ou competência/empregabilidade, como solução para o desemprego

e a inclusão social. Observamos que no universo de trabalhadores que buscam a qualificação profissional para elevar sua empregabilidade, além de nos depararmos com os que perderam o emprego, encontramos jovens que procuram ter sua própria renda e mulheres que são impulsionadas pela necessidade de complementar a renda familiar ou arcar com as despesas em função do desemprego do companheiro. Conforme dados do IBGE, publicados na Folha de São Paulo, em 13 de janeiro de 2002, a taxa de desemprego em 2001 foi de 6,2% a menor desde 1997, que foi de 5,7%. A baixa no índice não se deve ao aumento dos postos de trabalho mas sim, segundo o IBGE, ao desalento, ou seja, a desistência das pessoas em procurar trabalho (Santos, 2001, p.1)

Para Antunes (1997, p.123-124) o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização social, também é verdade que, “[...] na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado [...]. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – e pervertido e depauperado [...]. A força do trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria [...]”.

Atualmente, afirma-se que a qualidade dessa mercadoria – força de trabalho – é a ferramenta do trabalhador. Quando se mantém desempregado por um longo tempo, desenvolve um processo de autoresponsabilização pela sua condição e tais sentimentos impulsionam o trabalhador para os cursos de qualificação no intuito de elevar sua capacidade de obter emprego. O mito do emprego estável é o sonho do trabalhador e para tanto procura qualificar-se para obtê-lo, não percebendo na ânsia da busca que o seu esforço individual não é suficiente.

O movimento sindical vem sistematicamente buscando oferecer oportunidades de qualificação para os trabalhadores poderem enfrentar as transformações do mercado de trabalho, através de levantamento de demandas e propondo cursos profissionalizantes, pois, conhece as diferentes categorias de trabalho e principalmente sua vulnerabilidade diante da reestruturação produtiva. Segundo Antunes (1997, p.35) os

[...] sindicatos aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Distanciam-se crescentemente do sindicalismo e dos movimentos sociais classistas dos anos 60/70, que zelavam pelo controle social da produção, aderindo ao acrítico sindicalismo de participação e de negociação que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, [...] ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal.

Para o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), a solução para o desemprego. Como já foi explicitado, está na elevação do grau de empregabilidade do trabalhador, expressando-se através do entendimento que empresários e governo tem sobre a formação profissional.

No bojo dessas discussões, o desemprego parece ser justificado muito mais pela desqualificação profissional, do que por uma questão estrutural, passando a ocupar a consciência do trabalhador com um certa cobrança ou alerta permanente sobre sua desatualização, atribuindo-lhe responsabilidades sobre sua condição de desempregado e seu nível de empregabilidade.

2.5. A ATUAL EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A discussão que ocorreu nos últimos anos sobre a relação entre educação e trabalho, consolidou pelo menos duas vertentes que marcaram os debates que antecederam a votação da Lei 93934/96. A primeira foi a superação da idéia de escolarização, ou seja, a compreensão de que a educação ocorre no interior das relações sociais, extrapolando os limites da prática escolar, valorizando a dimensão pedagógica do conjunto dos processos que se desenvolvem em todos os aspectos da vida social e produtiva, num conceito mais amplo de educação que incorpora o conceito de trabalho, por reconhecer sua dimensão pedagógica, integrado à prática social, objetivando preparar o cidadão para se constituir como humanidade, participando tanto dos processos políticos quanto dos processos produtivos.

Percebemos isso no Art. 1º da Lei 9394/96 “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Ou no parágrafo segundo do mesmo artigo: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho”.

Essa proposta de uma educação básica e sólida através da qual se pode constituir uma formação profissional, considerada adequada, incorpora todas as modalidades de ensino existentes, ou seja, a pré-escolar, a de jovens e adultos,

formação técnico-profissional, educação profissional, educação para as comunidades indígenas e a educação a distância prevendo a organização do Sistema nacional de Educação que tem como finalidade promover a articulação entre a educação escolarizada formal e as demais ações produzidas no conjunto da sociedade.

A segunda apareceu concomitante a esta concepção, quando ressurgiu a velha dualidade na proposta do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, contrária a concepção de educação básica unitária e de formação básica geral e sólida. O Sistema Nacional de Ensino Tecnológico, elaborado pela Secretaria nacional de Ensino Técnico – SENETE, do MEC, com apoio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, pauta-se pelo argumento da necessidade do Brasil ingressar no estágio de desenvolvimento atingido pelos países ricos, por meio de investimentos sistematizados na busca e uso intensivo de modernas tecnologias, para o qual demanda a formação de recursos humanos capazes. (Silva, 1999, p.228-242)

Essas idéias inseriram-se no contexto das políticas do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), que previu a necessidade de desenvolvimento maciço de recursos humanos para o desenvolvimento das novas tecnologias, por meio de um sistema de ensino diferenciado, em paralelo ao Sistema Nacional de Educação. O Sistema Nacional de Educação Tecnológica, abrange os Centros Federais e Educação (CEFET), Escolas Técnicas Agrícolas Estaduais e Municipais, SENAI, SENAC, e demais instituições particulares e públicas do

ensino técnico, que visa as necessidades do mercado de trabalho, na visão empresarial.

A razão para a criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, veio da retórica empresarial e governamental de que o estágio de desenvolvimento alcançado pelos países do primeiro mundo, só foi viável em função do investimento e uso de modernas tecnologias. Portanto, para o Brasil entrar nesta fase de desenvolvimento, haveria a necessidade de fazer o mesmo, ou seja, investir principalmente na formação e desenvolvimento de recursos humanos como se fez em outros países, atualmente possuidores da tecnologia de ponta. Trata-se, portanto, da dualidade no campo educacional justificada, agora, pela competitividade econômica internacional, ou seja, a globalização.

Ao transformar o ensino técnico de nível médio imposto pelo governo Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto n. 2208/97, no âmbito da reformulação geral do ensino médio, que regulamenta a LDB e, preconiza como objetivo prioritário à melhoria da oferta educacional, sua adequação às novas demandas econômicas e sociais demandadas pelo processo de globalização.

O objetivo do referido Decreto foi modernizar o ensino profissional no país, de maneira a acompanhar o avanço tecnológico a atender às demandas do mercado de trabalho, que exigia flexibilidade, qualidade e produtividade. Na concepção dessa proposta, a educação profissional conduziria ao permanente

desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva e destinando-se a alunos e egressos do ensino fundamental, médio e superior.

Pressupondo que no mundo atual há uma necessidade dos indivíduos terem novas habilidades cognitivas para responderem, com eficiência, as demandas do mercado de trabalho e levando-se em conta a dificuldade na criação de novos postos de trabalho, o TEM definiu como objetivo da política pública de emprego e renda o desenvolvimento de novas habilidades para que os trabalhadores possam ao menos ter a oportunidade de responder aos requisitos do mercado de trabalho.

Sendo assim, a educação profissional tem por objetivo formar técnicos de nível médio e tecnólogos de nível superior para os diferentes setores da economia; além disso, qualificar, requalificar e treinar jovens e adultos com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Na continuidade da política da educação profissional foi criado o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), através de uma parceria interministerial n.1018, de 11 de setembro de 1997, assinada pelos ministros da Educação e do Trabalho. A portaria assinada entre os dois ministérios definiu que o mesmo seria gerenciado pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), órgão do MEC, sendo o PROEP, uma parceria deste com o TEM. O programa tem como objetivo a

[...] expansão, modernização, melhoria de qualidade e permanente atualização da Educação Profissional no país, através da ampliação e diversificação da oferta de vagas; da adequação de currículos e cursos às

necessidade do mundo do trabalho; da qualificação, reciclagem e reprofissionalização de trabalhadores (as), independente do nível de escolaridade, e da formação e habilitação de jovens e adultos nos níveis médio (técnico) e superior (tecnológico). (Brasil, 1996^a, p.3)

Para atingir esses objetivos, recorreu-se ao Decreto 2208/97, que regulamentou a LDB, no que se refere à Educação Profissional, afirmando que esta legislação possui “[...] instrumentos eficazes de política de governo para reordenar o Sistema de Educação do País, à luz de um princípio básico social e da atuação, por esforços conjugados, do poder público e da comunidade.” (Brasil, 1996^a, p.1)

No texto publicado pela SEMTEC, chamado “A nova educação profissional”, temos o relato sobre as profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho no final do século XX e que em função disso, “[...] a educação não poderia ficar alheia a essas transformações, pois, a nova educação profissional forma o trabalhador pensante e flexível, no mundo das tecnologias avançadas.” (Brasil, 1998, p.2)

O documento do PROEP conceitua a Educação Profissional na mesma linha teórica do Art. 22 da nova LDB, quando afirma “[...] que a educação básica tem por finalidade assegurar, ao educando, a formação comum indispensável para o exercício da cidadania” (Brasil, 1998, p.2).

Continuando a leitura do documento, percebe-se que a fundamentação teórica foi pautada nos documentos das instituições internacionais como, por exemplo, o Relatório de Delors (1999, p.90) quando afirma “[...] esta formação comum tem como características o domínio do conhecimento básico e a capacidade de

aprender a aprender, o que supõe, evidentemente, a capacidade de saber pensar”. (Brasil, 1998, p.2)

Apreende-se ainda, que o PROEP, “[...] pretende ser o principal agente de implantação do Sistema de Educação Profissional no País, através de um conjunto de ações a serem desenvolvidas em articulações com diversos segmentos da sociedade”. (Idem, p.2)

No documento “A Nova Educação Profissional” (Brasil, 1998, p.4) o PROEP expõe suas ações e metas que são

1 – A ampliação e diversificação da oferta de cursos, nos níveis básico, técnico e tecnológico. 2 – A separação formal entre ensino médio e a Educação Profissional. 3 – O desenvolvimento de estudos de mercado para a construção de currículos sintonizados com o mundo do trabalho e com os avanços tecnológicos. 4 – O ordenamento de currículos sob a forma de módulos. 5 – O acompanhamento do desempenho dos (as) formandos (as) no mercado de trabalho, como fonte contínua de renovação curricular. 6 – O reconhecimento e certificação de competências adquiridos dentro e fora do ambiente escolar. 7 – A criação de um modelo de gestão institucional inteiramente aberto.

E para atingir essas metas o governo federal aposta na ampliação e diversificação da oferta de cursos, nos níveis básico, técnico e tecnológico, através do PROEP.

Quando afirma o que segue:

[...] O Sistema de Educação Profissional deverá estar preparado para oferecer Cursos Básicos: uma modalidade de educação não-formal, com duração variável destinada a proporcionar ao (à) trabalhador (a), com qualquer nível de escolaridade, conhecimentos que permitam sua reprofissionalização, qualificação e atualização para o exercício de profissões demandadas pelo mercado. [...] Cursos Técnicos: visando à formação, habilitação e certificação de técnicos, estes cursos destinam-se a jovens ou adultos que estejam cursando ou já tenham concluído o ensino médio. Cursos Superiores de Tecnologia: estes cursos deverão se estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo

áreas especializadas e conferirão ao (à) aluno (a), o diploma de tecnológico (a). (Idem, p.4)

A implantação do PROEP foi financiada por recursos originários do orçamento do Governo Federal, quando assinou em 24/12/1997, um contrato de financiamento com Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no valor de US\$ 250 milhões, aos quais foram somados a contrapartida nacional de mais US\$ 250 milhões, sendo 50% recursos do MEC e 50% recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT/MTE, perfazendo um total de US\$ 500 milhões. (Fidalgo & Machado, 2000, p. 264)

Sendo assim, a nova concepção de educação profissional, deixa claro o discurso das agências multilaterais, que prevê a adaptação do trabalhador aos atuais processos produtivos e suas transformações, que subjugam a criatividade, o conhecimento dos processos e organização da produção, enfim à lógica do mercado, ou seja, a implementação total e irrestrita dos valores hegemônicos do capital.

3. POLÍTICAS ATUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PLANFOR E O PEQ/PARANÁ

O objetivo deste capítulo é analisar as atuais políticas de educação profissional instituídas através do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e do Plano Estadual de Qualificação do Paraná (PEQ).

Busca-se evidenciar que o PLANFOR/PEQ é um programa que emerge como resposta à necessidade do capital de um novo perfil de trabalhador (qualificado, no sentido da polivalência e da multifuncionalidade), em decorrência do processo de reestruturação produtiva.

3.1. A INSTITUIÇÃO DO PLANFOR

O PLANFOR¹⁷ é considerado um dos 42 projetos prioritários do governo Fernando Henrique Cardoso, fazendo parte do Plano “Brasil em Ação” do atual governo federal. Instituído em 1995 e implementado a partir de 1996, através da Resolução 126/96 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), o PLANFOR é desenvolvido pela Secretaria de Políticas Públicas de

¹⁷ A sigla PLANFOR, inicialmente significou Plano Nacional de Educação Profissional. Foi somente com a Resolução nº 194/98 do CODEFAT que passou a ser designado Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.

Emprego - SPPE¹⁸, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tendo como objetivo formular, promover e coordenar as políticas públicas de educação profissional.

Nesse sentido, o objeto do PLANFOR é a educação profissional, no âmbito das Políticas Públicas de Trabalho e Renda¹⁹ (PPTR). Conforme o Guia do PLANFOR 2000 tem

[...] com foco na demanda do mercado de trabalho e no perfil da população alvo, orientada pela efetiva demanda do setor produtivo, reunindo interesses e necessidades de produtores (trabalhadores+empresários) e consumidores (comunidade em geral); como direito do cidadão produtivo, pensada em bases contínuas, permanentes, em caráter complementar à educação básica (fundamental e média), que é direito constitucional do cidadão; contemplando o desenvolvimento integrado de habilidades básicas, específicas e de gestão do trabalhador, por meio de cursos, treinamentos, assessorias, assistência técnica, extensão e outras ações, presenciais ou a distância; capaz de atender à diversidade social, econômica e regional do PEA, promovendo a igualdade de oportunidades nos programas de qualificação e no acesso ao mercado de trabalho. (Brasil, 2000, p.6)

O PLANFOR, inserido no conjunto das PPTR, deve ser articulado, integrado e desenvolvido com outros programas e projetos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)²⁰. As ações e programas desenvolvidos com recursos desse Fundo dependem da aprovação do Conselho Deliberativo do FAT

¹⁸ Até 1999 essa Secretaria era designada como Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR. Esse fato pode gerar uma certa confusão, dando a impressão de serem a SPPE e a SEFOR Secretarias distintas. Na verdade são a mesma coisa, apenas mudou o nome. O mesmo se aplica para o Ministério do Trabalho e Emprego – TEM.

¹⁹ Programas que integram as PPTR: Seguro Desemprego, Serviço de Intermediação Nacional de Emprego – SINE, Cadastro nacional de Informações Sociais – CNIS, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, Programa de Geração de Emprego e Renda para a área Rural – PROGER, Programa de Geração de Emprego e Renda para a Área rural – PROGER RURAL e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

²⁰ O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foi criado em cumprimento a determinação constitucional (artigo 239) e regulamentado pela Lei nº 7.998/90, agregando o patrimônio do PIS/PASEP e de parte da arrecadação da contribuição sindical compulsória.

(CODEFAT), um órgão tripartite e paritário²¹, composto por representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores, ou seja, das Centrais Sindicais. O PLANFOR concentra ênfase em três eixos principais: avanço conceitual, articulação institucional e apoio à sociedade civil

i – avanço conceitual, compreendendo a construção e consolidação de um novo enfoque conceitual e metodológico da EP (Educação Profissional), orientada pela efetiva demanda do setor produtivo (reunindo interesses e necessidades de trabalhadores, empresários, comunidades), com vistas a elevar a produtividade e qualidade do trabalho, melhorar empregabilidade do trabalhador e condições de vida da população; **ii – articulação institucional**, relativa à mobilização, integração e fortalecimento de uma rede nacional de EP, integrada por entidades públicas e privadas com infraestrutura e experiência na área, tais como: escolas técnicas federais/estaduais, universidades, Sistema S, ONGs, sindicatos, fundações, ensino livre; **iii – apoio à sociedade civil**, com foco na ampliação da oferta, por meio dessa rede, de EP contínua e flexível, suficiente para qualificar/requalificar pelo menos 20% da PEA (População Economicamente Ativa, maior de 14 anos) ao ano, especialmente de grupos que tradicionalmente têm menor chance de acesso a ações de qualificação e requalificação profissional. (Brasil, 1998, p.13)

A meta do PLANFOR ao ser criado foi a de qualificar e requalificar a força de trabalho, especialmente os setores que tradicionalmente tiveram dificuldades para se qualificar, como os desempregados de baixa escolaridade, os afetados pela reestruturação produtiva e os que estão fora do mercado de trabalho formal, através da “[...] oferta de educação profissional suficiente para qualificar ou requalificar, anualmente, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, 15 milhões de trabalhadores ao ano” (Brasil, 1996^a, p.7) Sendo assim, para o TEM os recursos do FAT devem privilegiar “[...] pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente, levando em conta situação de pobreza, baixa escolaridade, raça/cor, sexo, necessidades especiais e outros fatores de discriminação no mercado de trabalho.” (Brasil, 1999b, p.8)

²¹ O conceito de tripartismo refere-se à composição dos conselhos e/ou Comissões com representação do governo, dos empresários e dos trabalhadores, enquanto que paritário designa não haver numérica na representação.

Para o Ministério do Trabalho e do Emprego, a aplicação dos recursos do FAT tem dois focos prioritários que visam atender os grupos vulneráveis e alavancar ou catalisar recursos, através de parcerias com o setor público ou privado para ampliar a área de cobertura do PLANFOR. No período 1996-98, o PLANFOR desenvolveu 14 programas nacionais voltados para o atendimento de categorias profissionais que para o TEM possuem características que se encaixam no perfil do público-alvo do programa. (Brasil, 1999b, p.9)

Em 1998, com a publicação da Resolução nº 194/98 do CODEFAT, que regulamentou o PLANFOR para o período de 1999-2002, foi afirmada novamente, a ação prioritária do Plano voltada para a parcela da população com condições precárias de existência. O TEM define como público-alvo as pessoas que se encontram nas situações explicitadas a seguir.

PLANFOR: grupos prioritários para qualificação

Público alvo	Composição
Pessoas desocupadas	Desempregadas com seguro desemprego; Desempregadas sem seguro desemprego; Cadastradas no SINE e Agências de Trabalho de sindicatos; Jovens buscando o primeiro trabalho.
Pessoas ocupadas em risco de desocupação permanente ou conjuntural	Empregados de setores que estão passando por modernização ou reestruturação, enxugando quadros e/ou exigindo novos perfis profissionais; Trabalhadores em atividades sujeitas a instabilidade por fatores como clima, restrição legal, ciclo econômico e a conjuntura do mercado internacional. Trabalhadores/as domésticos/as.
Empreendedores (que já têm ou querem iniciar micro e pequenos negócios)	Beneficiários do crédito popular (Proger, Pronaf); Beneficiários do Brasil Empreendedor; Agricultores familiares; Assentados rurais; Sócios ou proprietários de pequenos negócios urbanos.

Pessoas autônomas, associadas, cooperadas ou auto-geridas.	Trabalhadores por conta própria; Participantes de associações cooperativas, grupos produtores; Trabalhadores que assumem a gestão de empresas, para garantir sua continuidade e os empregos.
--	--

Fonte: MTE/Guia do PLANFOR (2001, p.11)

O PLANFOR pode ser considerado sob vários aspectos, como uma tentativa ambiciosa e até mesmo audaciosa, pela disposição em qualificar ou requalificar anualmente, pelo menos 20% da PEA. Para concretizar essa meta o Ministério do Trabalho se propõe a realizar esforços estratégicos no sentido de fazer uma “[...] articulação dos diferentes atores e agentes, públicos e privados, desde a fase de concepção até a operacionalização final de cada plano ou projeto”. (Brasil, 1996^a, p.13)

O Ministério do Trabalho, através da SPPE, chamou para si a responsabilidade de articular toda a capacidade de Educação Profissional (EP) existente no país, em torno da nova institucionalidade. A nova EP agiria em diferentes tipos de instituições que atuam nesse campo, “[...] combinando ampla diversidade de modelos organizacionais, gerenciais, pedagógicos e de financiamento, bem como de atores envolvidos”. (Idem, p.9). O MTE agrupou estas instituições em sete conjuntos ou “sistemas”

1 – Sistema de ensino técnico federal, estadual e municipal, que se estima atingir 12,5 mil unidades escolares em todo o país..., - chamado Sistema S, que inclui os Serviços Nacionais de Aprendizagem e de Serviço Social mantidos por contribuições obrigatórias sobre a folha de pagamento, [...] Em conjunto, essas instituições possuem mais de 7 mil escolas e centros de treinamento, atingindo somente na parte de educação e formação profissional, cerca de 3 milhões de matrículas [...], - universidades públicas e privadas, que oferecem serviços de extensão à comunidade [...], - escolas e centros mantidos por sindicatos de trabalhadores; - escolas e fundações

diretamente mantidas por grupos empresariais [...]; - organizações não-governamentais de cunho religioso comunitário e educacional, que atuam especialmente junto a comunidades pobres; estima-se haver cerca de 2 mil que atuam no campo da educação profissional; - ensino profissional livre, que atua especialmente em centros urbanos, por meio de cursos presenciais ou à distância (vídeos, correspondência), estimando-se haver mais de 10 mil unidades em todo o país. (Brasil, 1997, p. 26)

Dessa forma, o Ministério do Trabalho e Emprego tem, na articulação do PLANFOR com este amplo e complexo “sistema” institucional de educação profissional e nos recursos do FAT, uma estratégia para descentralizar o atendimento da demanda por Educação Profissional. A implementação do PLANFOR seguiu os pressupostos da chamada descentralização, estabelecendo diretrizes de parceria, articulação e integração com as instituições e, também, de repasses de recursos para Estados e Municípios executarem a Educação Profissional.

Isso foi feito através da consolidação gradativa de dois mecanismos, os Planos Estaduais de Qualificação (PEQs), que são executados pelos governos estaduais, e as Parcerias Nacionais e Regionais (PARCs), celebradas com entidades não-governamentais, cujas ações são complementares às dos PEQs, visando assegurar a consolidação do PLANFOR. Os PEQs e as PARCs são geridos pelo TEM/SPPE, sob homologação e deliberação do CODEFAT, e seguindo as orientações das diretrizes de participação, descentralização e fortalecimento da capacidade de execução local.

Para o MTE/SPPE, esses dois mecanismos envolvem uma cadeia estratégica e operacional que articula o Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria de Políticas Públicas de

Emprego (SPPE), as Secretarias Estaduais do Trabalho (STbs), os Conselhos Estaduais do Trabalho (CETs), as Comissões Municipais do Trabalho (CMTs), Entidades Parceiras e toda a Rede de Educação Profissional (Sistema S, Escolas Técnicas Federais e Estaduais, Escolas Sindicais).

Os PEQs são elaborados e geridos pelas Secretarias Estaduais do Trabalho (STb) e homologados pelos Conselhos Estaduais do Trabalho (CETs) que, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), se articulam com as Comissões Municipais do Trabalho (CMTs) e contemplam dois tipos de ações: programas de qualificação e requalificação profissional e programas especiais. Estes últimos constituem-se em “[...] estudos, pesquisas e eventos de apoio conceitual e metodológico aos programas de qualificação e requalificação profissional, incluindo, necessariamente, projeto de avaliação e acompanhamento do próprio PEQ.” (Brasil, 1996c, p.7)

Segundo o MTE, estão em operação 27 Programas Estaduais de Qualificação (PEQs), que absorvem pelo menos 70% do investimento anual do PLANFOR. De acordo com este ministério os PEQs são “[...] instrumentos para mobilizar e articular a oferta e demanda por EP em cada Estado, de modo a atingir a meta global do PLANFOR.” (Brasil, 2001, p. 13).

As Parcerias Nacionais e Regionais – PARCs, são o segundo mecanismo para a concretização do PLANFOR. Para o TEM, o número de PARCs é variável,

podendo absorver, anualmente, até 30% dos recursos do PLANFOR. As PARCs são:

elaboradas, geridas e executadas por sindicatos de trabalhadores, fundações, universidades, outros ministérios, entidades internacionais, para projetos e ações inovadoras de EP, em escala nacional ou cobrindo mais de uma unidade federativa, mediante convênios ou acordos de cooperação técnica, entre a entidade parceira e o MTE/SPPE/FAT. (Brasil, 2001, p. 13)

As ações desenvolvidas pelas PARCs incluem, principalmente, estudos, pesquisas, desenvolvimento de metodologias e produção de material didático para o PLANFOR. Segundo MTE, os PEQs e PARCs se complementam, evitando a sobreposição de projetos ou programas. Nesse sentido, o MTE/SPPE aposta que os Conselhos Estaduais do Trabalho (CETs), as Comissões Municipais do Trabalho (CMTs) e os fóruns de políticas públicas são os espaços mais adequadas para a negociação e integração das ações dos PEQs e das PARCs. Para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os programas de qualificação e requalificação podem ser divididos em três categorias principais:

[...] os programas nacionais, os programas estaduais (PEQs) e os programas emergenciais. Os programas nacionais são “concebidos em consonância com eixos estratégicos do desenvolvimento nacional” e voltados para o atendimento de necessidades de clientela e/ou setores prioritários. Os programas emergenciais são aqueles destinados ao atendimento de “demanda urgentes, associadas principalmente a conjunturas de crise e/ou a processos de reestruturação e modernização produtiva que atingem determinados setores ou clientela. (Brasil, 1996b, p.9)

Na análise realizada nesta dissertação, explicitou que o PLANFOR por um lado, é um programa que emerge como resposta à necessidade do capital de um novo perfil de trabalhador (qualificado, no sentido da polivalência e da

multifuncionalidade), em decorrência do processo de reestruturação produtiva. Por outro lado, é uma política pública de qualificação voltada para o atendimento a setores da população considerados como “grupo vulneráveis e sob risco social”, visando potencializar-lhes a empregabilidade. A ação estatal que se insere nas denominadas políticas sociais compensatórias, entende a “[...] qualificação profissional como componente básico do desenvolvimento sustentado, com equidade social.” (Brasil, 2000, p.4) No período 1995-2000

O PLANFOR qualificou cerca de 11 milhões de pessoas, investindo R\$ 1,9 bilhões do FAT (cerca de U\$ 1 milhão), complementado por contrapartidas médias de 20% dos Estados e demais parceiros. As ações de qualificação se realizaram em 3,5 mil municípios [...] abrangendo em sua maior parte as localidades consideradas com mais baixo índice de desenvolvimento humano (focos de pobreza, exclusão e desemprego). Uma rede de 1,5 mil entidades executoras [...] foi mobilizada para a execução de programa, por meio de licitações realizadas pelos PEQs e pelos Parceiros Nacionais / regionais. (Brasil, 2001, p.63)

A meta definida para 2001 foi de qualificar 14 milhões de trabalhadores, o que corresponde a 19% da PEA e para 2002, é de 15 milhões de trabalhadores, 20% da PEA. Objetiva-se construir assim, um novo enfoque conceitual, metodológico e operacional para a educação profissional com “[...] foco na demanda do mercado de trabalho e no perfil da população alvo, orientada pela efetiva demanda do setor produtivo, reunindo interesses e necessidades de trabalhadores, empresários, comunidades”. (Brasil, 2001, p.61)

Para o ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), os critérios básicos para a avaliação do PLANFOR, visando uma apreensão de como este programa vem cumprindo com a sua

missão, devem partir dos seguintes indicadores: eficiência, eficácia e efetividade social. Esses conceitos são definidos da seguinte forma

Eficiência: entendida como grau de aproximação entre o previsto e o realizado, em matéria de treinados, carga horária, abrangência espacial e setorial, aplicação de recursos – entre outras variáveis;

Eficácia: expressa pelo benefício das ações de EP para os treinandos, em matéria de obtenção ou manutenção de trabalho, geração ou elevação de renda, ganhos de produtividade e qualidade, integração ou reintegração social;

Efetividade social: impactos do PLANFOR como política pública, do ponto de vista mais amplo das populações, comunidades ou setores beneficiados. (Brasil, 1999, p.26)

Para o TEM/SPPE, as dimensões de eficácia e efetividade social do PLANFOR Pressupõem o reconhecimento da educação como fator fundamental para o bem-estar, pois, sem ela não haveria o desenvolvimento

[...] das capacidades básicas necessárias para efetivar uma vida de melhor qualidade, na qual entram alimentar-se bem, morar dignamente, cuidar da saúde e também, de forma mais complexa, desenvolver o auto-respeito, tomar parte na vida da comunidade, desenvolver a auto-confiança (apresenta-se, por exemplo, em público ou procurar e desenvolver um trabalho, sem se envergonhar). A qualificação aumenta a produtividade e também auxilia na possibilidade de se aproveitar melhor e com mais liberdade das oportunidades oferecidas. (Brasil, 1998, p.3)

Segundo os documentos da SEFOR e, posteriormente, da SPPE, os critérios de avaliação externa do PLANFOR²² devem considerar a efetividade social como uma mediação e adequação da educação profissional, simultaneamente, ao desenvolvimento econômico e a qualidade de vida de trabalhador, ou seja, da empregabilidade.

²² O processo de avaliação externa da maioria dos PEQs são feitos por Universidades Públicas.

Para o MTE/SPPE, o objetivo do PLANFOR é responder à exigência de formar para além da competência técnica, ou seja, ele tem a missão de qualificar trabalhadores capazes de mobilizar os conhecimentos tácitos ou formais demandados pelas empresas. Busca-se, portanto, a qualificação do trabalhador competente e polivalente, exigido pelo mercado, proclamando o desenvolvimento integral do indivíduo, que deve ser trabalhador e cidadão, competente e consciente. Afinal, segundo o MET/SPPE, a competência individual garante a competência coletiva exigida pelo setor produtivo.

A questão fundamental é que num contexto em que o novo padrão de acumulação do capital intensifica a super-exploração sobre a força de trabalho, promovendo o desemprego em massa, fragmentando e precarizando as condições de trabalho, o MET/SPPE, através do PLANFOR, se propõe a qualificar os segmentos que historicamente tiveram mais dificuldades de acesso e oportunidades ao mercado de trabalho formal, denominado como “grupo sociais vulneráveis e sob risco social”.

Entretanto, o capital já dispõe de um exército de reserva industrial, aumentado pelo desemprego em massa, que no caso do Brasil é estrutural, suficiente para promover inclusive a concorrência entre os trabalhadores para uma vaga no mercado. Sendo assim, existe um excedente de desempregados escolarizados e qualificados, exercendo atividades consideradas inferiores, criando a ilusão de que o mercado está exigindo maior nível de escolaridade e de qualificação para o exercício de todas as ocupações.

No complexo homogêneo de precarização, fragmentação e degradação do trabalho, promovido pelo capital no contexto da reestruturação produtiva, parece não haver emprego suficiente para uma massa de força de trabalho qualificada, como pretende o MTE/SPPE, através do PLANFOR, ao propor a qualificação de 15 milhões de trabalhadores por ano. Afinal, o contexto da mundialização do capital, sob hegemonia do neoliberalismo, impõe um realidade na qual

[...] a garantia do emprego como direito social (e sua defesa como requisito para as bases de uma economia e uma vida política estável) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece. (Gentili, 1998, p.89)

Nessa perspectiva ideológica é necessário o desenvolvimento de um “coquetel” individual de competências que torne os indivíduos capazes de acessar o mundo físico e social, aptos para desenvolver análises e apresentar soluções de problemas, tomar de decisões e ter capacidades para se adaptarem a situações novas num mundo em permanente mutação. Essas competências seriam requisitos valorizados pelas novas formas de sociabilidade desenvolvidas pela reestruturação produtiva, que exigem a conformação de um novo sujeito.

A reestruturação produtiva aumenta a exigência de maiores conhecimentos por parte dos trabalhadores, acelerando o processo de captura e conformação da subjetividade, por meio de mecanismos capazes de gerar a ilusória sensação de participação. Considera-se ilusória, porque apenas uma minoria da classe-que-

vive-do-seu-trabalho consegue empregar-se nas ocupações que exigem as referidas competências e habilidades. Ainda, assim, esses trabalhadores não decidem o essencial, ou seja, o quê e como produzir, pois, esta esfera continua sendo da alçada do capital e não do trabalho. Por outro lado, a maioria dos trabalhadores vive desempregada ou exercendo ocupações precárias, terceirizadas, temporárias entre outros.

3.2 O PLANO ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO NO PARANÁ

O Plano Estadual de Qualificação (PEQ) do Estado do Paraná, sob a diretriz do PLANFOR, insere-se na política de emprego e trabalho do governo estadual, atuando sobre a PEA paranaense, através de programas e projetos, partindo da idéia central de que a qualificação profissional deve estar voltada para o mercado e para a clientela.

No Paraná, o Plano Estadual de Qualificação Profissional do Trabalhador (PEQ) é desenvolvido pela Secretaria do Estado e do Emprego e Relação do Trabalho do Paraná (SERT/PR) com recursos do FAT, em consonância com o PLANFOR, executado mediante ao convênio com o MTE, por intermédio da SSPE e o governo do Estado do Paraná.

O PEQ/PR, enquanto instrumento da política pública de trabalho e renda, “[...] tem mais de 90% das ações contratadas destinadas ao atendimento de demandas sociais e educação profissional do trabalhador em foco no mercado de trabalho

dos municípios” (Paraná, 2000, p.1). Articula e desenvolve parcerias com 25 instituições de Educação Profissional do Estado, onde destacam-se 6 universidades públicas (UFPR, UEM, UEPG, UNICENTRO e UNIOESTE), 3 entidades do sistema S (SENAI, SENAC, e SENAT), o CEFET/PR e a participação de 5 Secretarias de Estado (Saúde, Educação, Criança e Assuntos da Família, Indústria e Comércio e Agricultura).

No campo de atendimento aos grupos vulneráveis, o PEQ/PR, de forma geral concentra-se numa clientela em desvantagem social que são “[...] pessoas desocupadas, pessoas sob o risco de desocupação, pequenos e micro-produtores e pessoas que trabalham por conta própria e pessoas mais vulneráveis social e economicamente e sem acesso a outras alternativas de qualificação ou requalificação profissional” (Paraná, 2000, p.1)

As aplicações dos recursos do PEQ no Paraná são distribuídos proporcionalmente à PEA de cada um dos dezessete Escritórios Regionais da SERT, localizados em cidades-pólo, que diferentemente de outros estados brasileiros que concentram a aplicação dos recursos nas regiões metropolitanas. A idéia disseminada é que as áreas metropolitanas apresentam um maior índice de desemprego e exclusão, tendo que ser contemplada com a maior parte dos recursos destinados às políticas sociais. Isso não ocorre no Paraná, pois a política pública de qualificação profissional se difundiu pelo Estado.

No Paraná, a qualificação profissional dos trabalhadores não ocorre somente no setor da indústria, mas também no setor agrícola, base principal da ocupação da mão-de-obra do Estado. Mediante a parceria com a EMATER e aliados aos esforços para o aprimoramento da qualificação profissional articulou-se a elevação da escolaridade dos trabalhadores em parceria com a Secretaria de Estado de Educação através dos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA).

Entenda-se que o Plano Estadual de Qualificação, preenche uma função substitutiva de organização da vida social quando assumem os não-capacitados para o trabalho, os deslocados pela tecnologia e não absorvidos pelo mercado de trabalho.

Assim, o PEQ/PR tenta, através de sua política social, reintegrar socialmente os marginalizados do mercado de trabalho, pois “[...] organiza os fracassados insuficientemente qualificados, bem como excedente quantitativos, ou seja, o excedente populacional não absorvível deixado improdutivo fora do mundo do trabalho”. (Offe, 1990, p.46)

O aumento da qualificação não aumenta as chances de os trabalhadores virem a se empregar. Segundo pesquisa do IBGE, publicado pela Folha de São Paulo, (Santos, 2002, p.1) no período de 1991 a 2000, a taxa do desemprego cresceu 1,7%, a renda do trabalhador diminuiu em 7,6% e aumentou o tempo de procura por vaga no mercado de trabalho, em 1991 cerca de três meses, atualmente gira

em torno de cinco meses. Evidencia-se portanto, que o PEQ, enquanto proposta de uma política pública de emprego, tem possibilidades limitadas de alcance de resultados concretos, podendo resultar no risco de se estar educando para o desemprego e/ou para as várias formas de subemprego existente no mercado de trabalho brasileiro.

Deve-se considerar ainda que a formação profissional realizada no âmbito desse programa, tem alcançado, muitas vezes, populações nunca antes beneficiadas pelo sistema tradicional de educação profissional do país, ao desenvolver atividades voltadas para geração alternativa de renda, o que pode representar um importante recurso para a garantia de sobrevivência ou melhoria nas condições de vida da população beneficiada pelos programas, ainda que à margem do mercado de trabalho e excluídas do consumo.

O que significa dizer que não se trata da negação em aceitar que a atual reestruturação da produção e do trabalho de fato implica em demandas para a formação de novo perfil de trabalhador. O que se quer deixar claro é parece que cada vez menos há necessidade da força de trabalho vivo, ocorrendo a redução de postos de trabalho, mesmo com o concomitante aumento da produtividade e da concentração de renda e riqueza.

3.3 O PEQ E O PÓLO AUTOMOTIVO DO PARANÁ

Com a negociação do governador Jaime Lerner (1994-2002) com os dirigentes da Renault a partir de 1996, para a instalação de uma fábrica da Renault na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), o governo paranaense passou a arcar com o processo de treinamento da força de trabalho para atender a demanda necessária para o início do funcionamento da fábrica, através da parceria com o CEFET/PR, o SENAI, o Instituto Superior de Administração (ISAD), e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). O Estado do Paraná qualificou força de trabalho para a Renault, a Chrysler, a Volkswagen-Audi, a Volvo e a Bertrand Faure, uma fornecedora de suprimentos para indústria automotiva.

A SERT do Paraná garantiu através do PEQ, com recurso do FAT, o treinamento de aproximadamente 5.000 trabalhadores, entre 1996 e 1998, que passam primeira etapa de treinamento, chamado de nivelamento básico, onde ensinou-se “[...] conteúdos de português instrumental, matemática aplicada, aptidões e habilidades” (Unitrabalho, 1998, p.6). Os alunos classificados na primeira etapa passaram para a segunda etapa denominada de Tronco Comum. Os aprovados nesta foram para a terceira etapa, que constituiu de treinamento em laboratórios e mais cem horas de treinamento em montagem, ou solda, ou pintura ou retocadoria-funilaria (Idem). Dos 5.000 trabalhadores que iniciarem o processo de “treinamento”, cerca de 2.200 concluíram o curso. Para os representantes das empresas envolvidas no Programa do Núcleo Automotivo do Paraná:

O processo todo dá um total de duzentas e oitenta horas de treinamento, por participante. Ao final do curso o aluno tem um certificado com o carimbo de todos os participantes que são SENAI, CEFET, ISAD e Secretaria do Trabalho, abrindo-lhe a possibilidade de ser aceito em outras empresas do ramo, e mesmo fornecedor. (Unitrabalho, 1998, p.6)

A carga- horária média por treinamento nos cursos do PALNFOR foi de 100 horas em 1996/1997, caindo para uma média de 87 horas em 1998, o que, segundo a SERT, constitui-se em um “[...] reflexo da ampliação em habilidades gerenciais, que implicam cursos mais curtos” (Brasil, 1997, p.27). Essa afirmação é no mínimo questionável, quando a própria SERT informa que o percentual de treinandos do PALNFOR, com o ensino fundamental incompleto, representou nos anos de 1996, 1997 e 1998, o percentual de 34,47 e 43 respectivamente, o que demandaria do ano de 1996 para o de 1998, um aumento da necessidade de habilidades básicas e não o inverso. Observe o que diz o Relatório da UNITRABALHO sobre os piores resultados dos PEQs 96-97, quando compara o custo médio por treinando x carga-horária dos cursos

O Paraná é o Estado que apresenta o custo médio/treinando mais baixo do Brasil (R\$ 73,00), o q poderia ser avaliado como eficiência econômica. Entretanto, esse dado se agrava diante da constatação de que o Paraná tem a segunda carga horária média/treinando mais baixa do Brasil, equivalente a 55 horas, ficando acima apenas de Sergipe, com 25 horas. Destaque-se que dedicou justamente aos analfabetos, analfabetos funcionais e deficiente os cursos de curta duração – 8 horas. (Unitrabalho, 1997, p.5)

É evidente que não é possível operar o milagre da alfabetização, ou seja, desenvolver as habilidades básicas (saber ler, interpretar, calcular e raciocinar) em curso de oito, vinte e cinco ou cinqüenta e cinco horas, principalmente se

considerarmos as dificuldades de jovens e adultos analfabetos, analfabetos funcionais ou semi-analfabetos para operar com símbolos.

O governo paranaense privilegiou as empresas automobilísticas, destinando uma carga horária muito acima da média nacional para qualificar a força de trabalho necessária para a sua instalação no Estado do Paraná em detrimento de outros setores. Ele desconsiderou o atendimento da clientela alvo do PLANFOR/PEQ que é a força de trabalho dos setores que tradicionalmente sempre teve dificuldades para se qualificar, como os desempregados de baixa escolaridade. Um dos requisitos para ser aceito nos cursos de treinamento do setor automotivo do Paraná era ter entre 18 a 35 anos de idade, ter concluído o ensino médio e possuir conhecimentos básico de inglês.

Segundo Peter Hoffmann (Unitrabalho, 1998, p.7) representante da Volkswagen-Audi no Paraná, até 1998 haviam sido contratados 300 trabalhadores, dos quais 260 eram oriundos do Programa de Montagem do Centro Automotivo do Paraná, mantido com recursos do FAT. Os outros 40 foram contratados não haviam passado pelo treinamento, com a justificativa de que suas contratações aconteceu porque 37% dos egressos treinados com recursos do FAT foram reprovados no processo seletiva da empresa, o qual foi realizado por especialista da Alemanha que utilizaram uma técnica de seleção, denominada *Assessment Center*. Em relação ao processo seletivo, Hoffmann afirma que

O egresso do CEFET, chega na empresa e faz um teste. Este teste se divide em quatro etapas: num primeiro momento, faz-se um teste de **raciocínio numérico** (as quatro operações básicas) e um teste de

raciocínio abstrato e habilidade motora; num segundo momento, eles vão diretamente para a **dinâmica de grupo** (que prevê a habilidade da pessoa para trabalhar em grupo, questões de liderança, questões de engajamento e melhoria do processo); na terceira etapa faz-se uma **prova teórica**, sobre Pneumática, Eletrônica, Eletromecânica, Mecânica e Eletricidade de Auto, e aqueles que tiveram 80% na pontuação de Mecânica vão para a prova prática que é a última fase do processo (essa prova é feita em painéis com circuitos pneumáticos e eletro-pneumáticos). Após esse processo seletivo existe ainda a entrevista com a área técnica e exame médico, podendo ser eliminado em qualquer uma dessas etapas. (Idem, p.7)

Com o depoimento de Hoffmann, temos uma idéia da angústia pela qual passaram os egressos do CEFET e de outras instituições, candidatos a uma vaga no setor automotivo do Paraná. Azuete Fogaça, analisando o Plano de Qualificação de Trabalhadores para o Setor Automotivo no Paraná, concluiu que o mesmo deve ser inserido no rol dos desvios de verbas públicas, devido ao

[...] fato da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná ter investido cerca de um milhão de reais [...], na recuperação e equipamentos de um prédio da FIEP- Federação das Indústrias do Estado do Paraná que nele instalou um Centro de Treinamento do Polo Automotivo, gerido pelo SENAI e onde ocorrem os módulos de qualificação profissional dos programas do PEQ destinados às montadoras de automóveis que se instalaram nos arredores de Curitiba. Evidentemente, trata-se de uma distorção sem precedente, por três motivos: em primeiro lugar, porque está utilizando os já escassos recursos da Educação Geral, na área de qualificação profissional; em segundo lugar, porque está fazendo um investimento dos recursos públicos num prédio que não é público, e num sistema que, a despeito das considerações de alguns dos seus críticos, faz questão de se apresentar como um sistema privado, como uma realização vitoriosa da indústria brasileira; em terceiro lugar, porque a Secretaria de Educação do Paraná, na verdade está assumindo, com recursos públicos destinados à rede pública de ensino, encargo que deveriam ser das montadoras, todas empresas sabidamente bem sucedidas no mercado de veículos automotores, tais como a Volkswagen-Audi e a Chrysler, por exemplo. (Fogaça, 1998, p.14)

Apesar dos recursos do FAT estarem sob responsabilidade do CODEFAT, uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), publicada numa reportagem da

Folha de São Paulo, questionou metas, beneficiários e resultados do PLANFOR.
(Salomon, 2000, p.B9)

Segundo o TCU, os desempregados e trabalhadores ameaçados de perder seus empregos representam menos da metade das matrículas em cursos de qualificação profissional promovidos com recursos do FAT. A quarta parte dos beneficiários dos cursos de qualificação constituem-se de trabalhadores com carteira assinada, num dos vários sinais de desvio no perfil da clientela do programa.

Embora não possamos generalizar esses desvios para a realidade nacional, a conclusão a que inevitavelmente somos conduzidos é que na contratação e realização dos seus programas de qualificação e requalificação profissional, as SERTs responsáveis pela implementação dos PEQs têm demonstrado ineficácia no gerenciamento dos recursos do FAT, contribuindo para desvirtuar os objetivos do PEQs.

3.4. UM VIÉS NA EFETIVAÇÃO DO PEQ

Não é contraditório que o governo adote uma política de qualificação profissional visando qualificar / requalificar 15% da PEA ao ano, quando se verifica a existência de uma política que impede o desenvolvimento econômico e que o compromisso do mesmo é com o capital financeiro e não com os “grupos sociais vulneráveis e sob risco social”. Sendo assim, se não há crescimento, não há

expansão da economia e, muito menos aumento da demanda por trabalhadores qualificados. Diante di Exposto, poderíamos dizer que os pressupostos teóricos e ideológicos disseminado pelo PALFOR/PEQ deixam transparecer a propagação de uma ilusão.

Ilusão, porque, o PLANFOR/PEQ revela uma contradição do governo federal/estadual, quando desenvolve um programa que consome milhões de reais do FAT para “qualificar” um contingente enorme de trabalhadores, visando garantir-lhes a empregabilidade, ao mesmo tempo em que adota uma política econômica que impede o crescimento econômico, determinando o aumento do desemprego e da precarização das condições de existência para milhões de trabalhadores.

Ora, se a lógica do PLANFOR é oferecer qualificação para os “[...] grupos sociais vulneráveis e sob risco social [...]” com foco na demanda produtivo e, a política econômica do governo não está voltada para o crescimento econômico, mas para a estabilidade monetária, a tendência do setor produtivo é estagnar. Sendo assim, uma política econômica que gera obstáculos para o desenvolvimento econômico aumenta ainda mais a vulnerabilidade e risco social dos referidos grupos, ainda que qualificados.

A partir dos anos 80, o Brasil registrou alguns marcos significativos de sua história política “[...] em matéria de democratização e conquista da cidadania, a partir dos quais começa a emergir, com traços cada vez mais nítidos, o cidadão,

progressivamente consciente de seu papel e de seus direitos [...]". (Brasil, 1999a, p.25)

Os mentores do PALNFOR dizem que a recessão, o avanço das teorias neoliberais e a mobilização da sociedade civil vêm atuando como pressões e estímulos à revisão de práticas produtivas. Por acaso o cidadão consciente seria o desempregados? Ou quem sabe o trabalhador que para sobreviver exerce atividades precárias, parciais, temporárias, subcontratadas e terceirizadas? E como os ideólogos do PLANFOR podem afirmar, que o avanço das teorias neoliberais podem servir como pressuposto da democratização e da cidadania, quando na verdade representam a tirania fundada na lógica do capital?

Ponderamos que o termo cidadania, contexto da globalização, assim como em qualquer outro contexto de hegemonia e controle do capital, constitui-se em um conceito vazio de conteúdo, à medida que o mesmo constitui-se em um instrumento ideológico que visa preservar, naturalizar e perpetuar o domínio do capital. Sendo assim, consideramos importante a afirmação de que "[...] os direitos do cidadão constituem, [...] o limite do projeto político das classes dominantes [...]" e, "[...] quando for historicamente possível para o capital, destruída". (Gonzalez, 1996, p.51)

No processo de avaliação do PLANFOR sob o aspecto econômico, questiona-se a capacidade do programa em atender os setores significativos da PEA, criando condições efetivas de inserção dos egressos no mercado de trabalho, em relação

ao aspecto social, questiona-se a contribuição do mesmo para a elevação do nível de empregabilidade dos setores mais vulneráveis e precarizados dos trabalhadores.

Na subjetividade de cada trabalhador, pode-se verificar “[...] o desencanto, a descoberta de que a vida esvaiu-se e a realização dos sonhos ficou no horizonte de expectativas” (Palangana, 1998, p.153) já que a possibilidade de melhoria nas condições de vida não se concretizou, com a qualificação/requalificação, pois estes descobrem que foram iludidos ao acreditarem que eram desempregados em decorrência de serem desqualificados, ou seja, por não possuírem empregabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo deste trabalho, tentamos demonstrar como o complexo processo de reestruturação produtiva que se instaurou a partir dos anos setenta nos países de capitalismo desenvolvido, constituiu-se numa resposta do capital à sua crise de rentabilidade e de valorização. O apogeu, que o capital experimentou no chamado “anos dourados” após o fim da Segunda Guerra Mundial, entrou em declínio e paralelamente tivemos a crise do petróleo e o Japão e a Europa Ocidental desafiando a Conferência de Bretton Woods, colocando em dúvida a hegemonia americana no mundo capitalista.

Como resposta à crise, o capital vem promovendo um intenso processo de inovações tecnológicas, formas de gestão, organização da produção e do trabalho. Nesse contexto, iniciou-se nos chamados países de capitalismo desenvolvido, um complexo processo de reestruturação produtiva, que se funda na denominada acumulação flexível, sendo resultado do processo de mundialização do capital. Coincidentemente, ocorre de forma simultânea o avanço das teorias neoliberais, que flexibilizou, desregulamentou e destruiu conquistas históricas do trabalho, instaurando uma nova subsunção real do trabalho ao capital.

Observamos que nos anos 80, no Brasil, apesar da turbulência permanente da economia, da inflação elevada, das altas taxas de juros, da instabilidade

monetária, da oscilação e estagnação do mercado, algumas empresas, na sua maioria do setor automobilístico, adotaram, mesmo que de forma tímida, novos padrões tecnológicos e organizacionais. Portanto, foi no contexto da denominada década perdida para a economia, que os princípios e nexos organizacionais da reestruturação produtiva foram introduzidos no Brasil.

Contudo, foi somente a partir de 1990 que se verificou uma intensificação do processo de reestruturação produtiva no Brasil, já que o Estado passou a intervir no sentido de fomentar a modernização tecnológica e organizacional das empresas, com o pressuposto de estimular a produtividade e a competitividade nacional. A propagação desse processo em curso ocorreu de forma heterogênea nos diversos setores da economia brasileira.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil intensificou-se na “década neoliberal”, ou seja, no decorrer dos anos 90, onde paralelamente se desenvolveu a abertura comercial, o programa de reforma do Estado e o Programa Nacional de Desestatização que conduziu o país a um intenso processo de privatização. Com o advento de governos neoliberais, que conduziram o país a uma adaptação e integração passiva e subalterna ao capital globalizado.

Os governantes brasileiros, ao seguirem o receituário neoliberal imposto pelo FMI, pelo BIRD e pelo BID, colocaram o país na “contramão” do crescimento econômico, aumentando o desemprego, a precarização e a miséria para a maioria da classe-que-vive-do-seu-trabalho.

Constatamos ainda, que os resultados da política econômica e do processo reestruturação produtiva são uma verdadeira desestruturação do mercado de trabalho formal no país, com o MTE e a SPPE contribuindo para a legitimação do trabalho precário e degradado, já que, através do PLANFOR, estimula-se formas de trabalho “[...] temporário, associativo, cooperado, autônomo, auto gerido” (Brasil, 2000, p.8)

Giovanni Alves (2002, p.05), ao analisar a realidade econômica no Brasil, nos anos 90, levanta a hipótese de ter ocorrido nesse período, um importante “elo de transição” para uma “[...] nova configuração do mundo do trabalho no Brasil, de acordo com a nova dinâmica da acumulação capitalista mundial”.

Nos anos 90, apesar da realidade cruel, precarizada e degradante enfrentada pela classe-que-vive-do-seu-trabalho, da dificuldade para se conseguir emprego, propagou-se, a concepção segundo a qual, o trabalhador para conseguir trabalho (emprego) deve adquirir os novos atributos, atitudes e habilidades, visando a produtividade e competitividade. A lógica desta concepção é que empregos existem, mas com exigências de bom nível de escolaridade e qualificação; sendo assim, o que tornaria as pessoas desempregadas seria a baixa escolaridade e a desqualificação (a falta de habilidades).

Foi com a análise das ideologias que dão sustentação ao processo de reestruturação produtiva sob a hegemonia do capital, que abrimos o segundo

capítulo, discutindo os termos que o mundo do trabalho passou a exigir dos trabalhadores, requisitos fundados nas noções de qualificação, competência e empregabilidade.

Atende-se às novas demandas do mundo do trabalho, resultante da reestruturação produtiva que passa a exigir um trabalhador criativo, com senso de liderança e responsabilidade, comunicativo, capaz de manipular com símbolos e, acima de tudo, resolver problemas e adaptar-se facilmente a novas situações, em um mundo em permanente mutação.

Solicita-se ainda que, para o exercício de toda e qualquer ocupação, o trabalhador tenha um bom nível de escolaridade e qualificação profissional, ou seja, com uma ampla formação geral e sólida base tecnológica. Nesse sentido, exige-se que as instituições de formação profissional do país revejam seus objetivos, estratégias e conteúdos voltados para a formação. Esse é o ponto fundamental que norteia os pressupostos teóricos entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, no Primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

O MTE/SPPE desenvolveu o PLANFOR, visando qualificar após 1999, 20% da PEA por ano, o que equivale a 15 milhões de trabalhadores. A lógica do governo é a de que, ao passarem pelos cursos do PLANFOR, esses trabalhadores, desenvolvem as habilidades básicas, específicas e de gestão, ou seja, incorporando os novos atributos, atitudes e habilidades, demandados pelo setor produtivo.

No terceiro capítulo, evidenciamos que a realidade econômica e social do Brasil atual, fazem com que os pressupostos do Ministério do Trabalho e Emprego sejam considerados falaciosos, pois se o mercado está encolhendo, não é a qualificação profissional que irá atenuar o índice de desemprego, até porque com a diminuição do mercado, a tendência é aumentar o número de trabalhadores escolarizados e qualificados à disposição do capital.

Parece haver uma contradição em nível de governo, pois de um lado privilegia uma política econômica subalterna aos interesses do capital financeiro internacional, ditado pelo FMI, em detrimento da maioria da população brasileira, por outro lado, se propõe a desenvolver uma Política Pública de Trabalho e Renda (PPTR), na qual se inclui o PALNFOR. O que salta aos olhos, é que a opção de política econômica do governo anula qualquer possibilidade de sucesso de sua política social. No caso da qualificação profissional, as opções – para o trabalhador qualificado – se voltam quase que exclusivamente para o setor informal da economia, já que o formal tem apresentado redução na oferta de emprego. Uma vez que a taxa de desemprego aberto gira em torno de 8%, há uma incapacidade da política econômica do governo FHC em retomar o crescimento e, conseqüentemente, uma incapacidade para gerar emprego e renda, apesar da PPTR e do PLANFOR/PEQ.

O governo FHC, através do MTE/SPPE, se propôs a desenvolver uma nova institucionalidade da educação profissional (EP) a partir da consolidação do

PLANFOR/PEQ. Na lógica dessa ação do governo, se faz necessário reestruturar o sistema da EP, visando adaptá-lo às novas circunstâncias históricas, que exigem uma dinâmica com cursos mais rápidos, de curta duração e não os antigos cursos profissionalizantes de longa duração.

Vimos no capítulo 3, que o objetivo do MTE/SPPE, através do PLANFOR/PEQ, é priorizar o atendimento ao público mais vulnerável econômica e socialmente. Com certeza, para a maioria dos egressos dos cursos de qualificação do PLANFOR/PEQ, nos municípios e regiões mais pobres do país, aqueles inseridos no Programa Comunidade Solidária, os “vales da miséria”, não resta outra alternativa a não ser realizar o “milagre” do empreendedorismo criativo. A dificuldade para conseguir emprego, no atual contexto histórico, é uma realidade que nega às pessoas – aos mais jovens principalmente – perspectivas positivas quanto ao futuro, pois a única certeza que se tem é de se estar inserido em uma sangrenta e dolorosa disputa individualista em busca de um emprego, em que o capital dita as regras do jogo.

Na verdade, como já vimos, o desemprego não é, conseqüência da baixa escolarização e desqualificação, mas resultado de múltiplas determinações sociais que a política social neoliberal só faz aumentar. Atualmente, as empresas exigem trabalhadores que possuam o ensino médio, porque existe um excedente de trabalhadores desempregados com bom nível de escolarização. Esta exigência tem provocado a marginalização de jovens e adultos trabalhadores de baixa

escolaridade, que compõem exatamente o segmento mais frágil dos trabalhadores, ou seja, os vulneráveis e sob risco social, segundo o MTE.

Portanto, o público alvo do PLANFOR, mesmo passando pelos cursos de qualificação, terá dificuldade para conseguir emprego formal, porque a elevação da escolaridade dos integrantes dos cursos tão curtos PLANFOR não ocorre.

Para entendermos as reais contradições do PLANFOR/PEQ, não podemos perder de vista que o conjunto das reformas do Estado está sintonizado com as políticas neoliberais, praticada nos países latino-americanos decorrentes do interesse do capital, no contexto da globalização. Sobre esses países, foi imposto metas fixadas pelos organismos multilaterais e os ditames do denominado Consenso de Washington. No caso do Brasil, esse processo se configurou através do Plano Real, que sob meta de manter a estabilidade monetária, acabou aprofundando a estagnação econômica, conseqüentemente, o desemprego.

A incapacidade dos governos em desenvolver mecanismos eficazes que reduzem o desemprego em massa, obriga a implementação de mecanismos ideológicos que justifiquem as contradições na sociedade capitalista. A ideologia da qualificação profissional, tira do capital e do governo a responsabilidade pelo desemprego, pela precarização e degradação das condições de existência. Deixa-se transparecer que seria do indivíduo a responsabilidade adquirir as habilidades necessárias para a sua inserção no mercado de trabalho.

Assim, o governo cumpre o seu papel ao desenvolver a nova institucionalidade da Educação Profissional com recursos do FAT, sendo aplicados em milhares de cursos de qualificação e requalificação profissional, voltados prioritariamente à população de baixa escolaridade e desqualificada, ou seja, aos “grupos sociais vulneráveis e sob risco social”, visando aumentar-lhes a empregabilidade. Entretanto, para o governo, após qualificar e requalificar a massa de desempregados e, encaminhar uma minoria ao mercado de trabalho através do SEMPRE, o Estado já cumpriu sua função, daí para frente, conseguir ou não emprego é problema do trabalhador, individualmente.

A realidade paranaense parece indicar haver dois lados de uma mesma moeda no mundo do trabalho. Um, por onde passa apenas uma minoria da força de trabalho, que tem possibilidade de inserir-se no mercado de trabalho, como é o caso dos trabalhadores do Setor Automotivo do Paraná, que foram qualificados com recursos do FAT. O outro, seria onde estão todos aqueles que receberam as denominadas “experiência inovadoras” em formação profissional, os cursos de alfabetização de oito horas e de qualificação de 25 horas. Portanto, a política de qualificação expressa no PLANFOR/PEQ no Paraná pode ser considerado um desperdício de recursos, que poderiam ser gastos de forma mais útil em benefício da população do segmento mais vulneráveis e sob risco social, que tradicionalmente, são excluídos do emprego formal e das possibilidades de qualificação.

Concluimos que a educação profissional institucionalizada pelo PLANFOR/PEQ revela que a política social desenvolvida no Brasil é um instrumento muito mais de caráter ideológico do que funcional e efetivo para as metas propostas e que a formação profissional brasileira está alinhada aos interesses econômicos e políticos hegemônicos do capital em nível nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e sindicalismo no Brasil**: um balanço crítico da 'década neoliberal' – 1990-2000. Marília, 2002, (mimeo).

_____. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 1999.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. GENTILI, P. (orgs) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: paz e Terra, 1995.

ATUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ARANHA, Antonia. Taylorismo. In: FIDALGO, Fernando. MACHADO, Lucilia. **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: NETE/UFMG, 2000.

ATLAS do Mercado Brasileiro: organização estadual. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 20 out. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de diretrizes e Bases da Educação. (9394/96)** Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto 2.208/97**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **A nova educação profissional**. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **PROEP** – Programa de Expansão da Educação Profissional Brasília, 1999^a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema Público de Emprego e educação profissional**: implementação de uma política integrada. Brasília, 1996^a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Educação Profissional**: termos de referência dos programas de educação profissional. Brasília, 1996b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Educação Profissional**: trabalho e empregabilidade. Brasília, 1996c.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Política pública de emprego e renda**: ações do governo. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Educação Profissional**: um projeto para o desenvolvimento. Brasília, 1999b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Guia do PLANFOR 2000**. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Guia do PALNFOR 2001**. Brasília, 2001.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CASTRO, Nadya. **Organização do trabalho, qualificação e controle na indústria moderna**. In: Coletânea CBE – Trabalho e Educação. Campinas: Papirus, 1994.

CEPAL/UNESCO. **Educação e conhecimento**: eixos da transformação produtiva com equidade. Santiago: 1992.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. Notas para uma caracterização do capitalismo do fim do século XX. **Novos Rumos**, São Paulo, n. 31, p. 5-29, 1999.

CORSI, Francisco L. O plano real: um balanço crítico (1994-1998). **Cadernos F.F.C.**, Marília, v.8, n. 2, p.13-27, 1999.

DELORS, Jacques (Org.) **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1999.

DEL PINO, Mauro. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada** – políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires: CLASCO, 2000.

DUARTE, Adriana. *Welfare State*. In: FIDALGO, Fernando. MACHADO, Lucília. **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte, NETE/UFMG. 2000.

Ferretti, Celso J. SILVA JUNIOR, João R. Educação profissional numa sociedade sem empregos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 109, p. 43-66, 2000.

FIDALGO, Fernando. MACHADO, Lucília. **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: NETE/UFMG, 2000.

FOGAÇA, Azuete. **Uma avaliação preliminar dos programas de qualificação e requalificação profissional realizadas em articulação com as empresas.** UNIEMP, Campinas. 1998 (mimeo).

_____. Educação e qualificação profissional nos anos 90: o discurso e o fato. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R.T. **Política e trabalho na escola:** administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FONSECA, Eduardo G. **A luta para entrar na festa.** Revista Veja, São Paulo, Ano 35, n. 21, p. 102-110, 29, mai. 2002.

FRANZOI, Naira L. Kanban. In: CATTANI, Antonio D. (org) **Trabalho e Tecnologia** – dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRIGOTO. Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** São Paulo: Cortez, 1989.

_____. A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. In. SILVA, L. H. (org) **A escola cidadã no contexto da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **As mudanças tecnológicas e educação da classe trabalhadora:** politécnica, polivalência ou qualificação profissional? In: Coletânea CBE – Trabalho e Educação. Campinas: Papirus, 1994.

GENTILI, Pablo. **Educar para o desemprego:** a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org) Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. O conceito de empregabilidade. In: **Avaliação do PLANFOR:** uma política pública de educação profissional em debate. São Carlos: UNITRABALHO, 1999.

GONZALEZ, Jorge L. Educação, cidadania e emancipação. **Estudo de Sociologia**, Araraquara, n.1, p.49-60, 1996.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GUGLIANO, Alfredo A. Nas costas da globalização: as perspectivas dos países periféricos frente às transformações internacionais. In: FERREIRA, Márcia O. V.; GUGLIANO, Alfredo A. **Fragmentos da globalização na educação.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1994.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETI, Celso J. et. Al. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

HÖFLING, Eloísa M. Estado e Política (Públicas) Sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, n.55, p.30-41, 2001.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

_____. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LARANJEIRAS, Sonia M. G. Programas de Qualidade Total. In: CATTANI, Antonio D. (org) **Trabalho e Tecnologia** – dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEITE, Márcia P. Qualificação, desemprego e empregabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.1, p.64-69, 1997.

MACHADO, Lucília R.S. Racionalização produtiva e formação no trabalho. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 0, p.41-61, 1994.

_____. Educação Básica, empregabilidade e competência. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 3, p.15-31, 1998.

MANFREDI, Silvia. Trabalho, qualificação e competência profissional das dimensões conceituais e políticas. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 9, n. 64, p.13-49, 1998.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Capítulo IV**. Inédito. São Paulo: Moraes, 1985.

_____. ENGELS, Frederich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MATTOSO, Jorge. Produção e emprego: renascer das cinzas. In: LESBANPIN, Ivo (org). **O desmonte da nação-balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MEHEDEFF, NASSIM G. **Educação e Trabalho**: um projeto p jovens e adultos de baixa escolaridade. Brasília: 1998.

OFFE, Claus. Sistema educacional e política de educação: contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. **Educação & Sociedade**. Campinas, n. 35, p.9-57, 1990.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. PAOLI, M. C. **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de. **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas: UNICAMP, 1998.

PAIVA, Vanilda. **Produção e qualificação para o trabalho**: uma revisão da bibliografia internacional. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989.

PALANGANA, Isilda C. **Individualidade**: Afirmação e negação na sociedade capitalista. São Paulo: Plexus/EDUC, 1998.

PARANÁ. **Relatório final das ações do Plano estadual de qualificação profissional do Trabalhador de 1999**. Curitiba, 2000.

PARANARTEC. www.paranatec.com.br

PELIANO, José C. P. **Reestruturação produtiva e qualificação para o trabalho**. <http://www.ppgte.cefetpr.br/revista/vol3/art1.htm>

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2000.

SALOMON, Marta. TRIBUNAL vê desvio e ineficiência no FAT. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 maio 2000. Caderno Dinheiro, p.B9.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS, Francisco. Mercado de trabalho encolhe e piora no país. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 jan. 2002. Folha Dinheiro, p. B1.

SCHMITZ, H. Automação microeletrônica e trabalho: a experiência internacional. In: SCHMITZ, H; QUADROS, R. (orgs) **Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional**. São Paulo: Hucitec. 1988.

SCHULTZ, Theodore. O capital humano: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SHIROMA, Eneida O. CAMPOS, Roselene F. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 61, p.13-35, 1997.

SILVA JUNIOR, João R, SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reforma do Estado e mudança na produção. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SILVA, Jair M. O ensino médio e a educação profissional. In: SILVA, Jair M. et al. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. São Paulo: Pioneira, 1999.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Donaldo B. **Globalização**: a mão invisível do mercado mundializada nos bolsões da desigualdade social. <http://www.boletimtecnico/senac> Arquivo capturado em 07/04/02.

UNITRABALHO. **Relatório de análise das avaliações dos PEQs/97**. São Carlos, 1997 (mimeo).

UNITRABALHO. **Painel das regiões sul e centro-sul**. Curitiba, 1998. (mimeo).

